UniRitter

unipautas

Jornal da faculdade de comunicação social

Edição N. 15 2021/2

ANCESTRALIDADE

A Porto Alegre quilombola que luta por visibilidade.

Pg 10.

ALÉM DO FUTEBOL

As ações da dupla grenal que mudam Porto Alegre e o mundo.

Pg 20.

AO AR LIVRE

Projeto une turismo e encenações em Porto Alegre.

Pg 25.





BANDEIRAS NAS RUAS

Manifestações políticas polarizam espaços centrais de Porto Alegre. **Pg 4.**

EXPEDIENTE

Publicação produzida no segundo semestre de 2021 na disciplina Práticas em Jornalismo: Produção de Jornal do curso de Jornalismo do Centro Universitário Ritter dos Reis (UniRitter).

Projeto gráfico e diagramação:
Design LAB UniRitter.

Fotos de capa:
Júlia Barth.

Professor-editor:
Gabriel Jacobsen.

Professores:
Lorem ipsum dolor sit amet, consectetur adipiscing elit.

Reportagens:
Júlia Barth;
Leonardo Bender;
João Paulo Borges;
Tatiane Carvalho;
Vanessa Ferraz;
Michelle Garcia;
Mateus Luz;
Eduardo Pedroso;
Gabriela Rodrigues;
Brendha San Martins;
Nayara Souza;
Camila Souza.

Coordenador de Jornalismo:
Lorem ipsum dolor sit amet,

Coordenador de Design:
Cristiano Klanovicz.

Supervisora Design LAB:
Letícia Schiehll.

Professores:
Lorem ipsum dolor sit amet, consectetur adipiscing elit.

Design editorial:
Lorem ipsum dolor sit amet, consectetur adipiscing elit.

250 ANOS DE PORTO ALEGRE

A décima quinta edição do Jornal Unipautas comemora o **aniversário de 250 anos da cidade de Porto Alegre** com uma série de reportagens sobre a capital do Rio Grande do Sul e seus habitantes.

Para melhor facilidade de apuração do leitor desse jornal, essas matérias se encontram nas páginas marcadas pela tarja vermelha.

O PRIVILÉGIO DA REPORTAGEM

Por Gabriel Jacobsen

Polarizada, quilombola, imigrante, futebolística, engajada, tensionada e em transformação. Assim é a Porto Alegre descoberta pelos alunos que assinam esta edição do jornal Unipautas e que apresentam interessantes e aprofundadas reportagens sobre esta capital que completa 250 anos em 2022.

A reportagem é a atividade fundamental do jornalismo: essencialmente informativa, ela vai além da descrição dos fatos e avança para a investigação e a contextualização de fenômenos e relações sociais. Esta edição do jornal Unipautas - com o tema "250 anos de Porto Alegre" - privilegia a reportagem, o que, de um lado, garante o desenvolvimento jornalístico dos próprios estudantes e, de outro, permite ao leitor conhecer uma nova e valente geração de jornalistas.

Idealizado pelos alunos da disciplina "Práticas em Jornalismo: Produção de Jornal" ao longo do segundo semestre de 2021, o Unipautas é um retrato das qualidades, dos aprendizados e dos anseios dos estudantes. O Unipautas cumpre, assim, a função de jornal-laboratório, em que cada integrante é provocado a percorrer o caminho completo da produção de um jornal digital, desde a proposta das pautas, passando pela busca por fontes e realização de entrevistas, produção de imagens, até a escrita, edição e revisão do conteúdo. O processo é de descobertas pessoais e jornalísticas.

Para o professor-editor, é emocionante acompanhar, ao longo de quatro meses, a transformação de embriões de ideias em reportagens autorais que se esparramam pelas páginas desta edição. Neste papel de orientador coube, especialmente, incentivar apurações criteriosas, éticas, plurais e autênticas. Ao fim, fica o sentimento de satisfação e orgulho com o desenvolvimento de cada estudante.

Na primeira parte do jornal, o leitor encontra uma série de reportagens que tem a capital como pano de fundo. A matéria de capa investiga como o ambiente de polarização política transforma os bairros e as relações sociais de Porto Alegre.

Na sequência, o leitor encontra matérias sobre a luta por visibilidade travada pelas comunidades quilombolas da cidade e os desafios que a capital enfrenta no acolhimento de imigrantes. Adiante, duas reportagens sobre futebol. A primeira revela os planos da terceira força futebolística da cidade, o Esporte Clube São José. A segunda investiga como o Inter e o Grêmio - e suas respectivas torcidas - colaboram para transformar socialmente a capital.

O eixo Porto Alegre é finalizado com dois textos sobre saúde mental e turismo a pé pela cidade. Todas as matérias que acompanham a temática do jornal são identificadas com o selo POA 250.

A segunda parte do Unipautas tem tema livre e reúne produções de destaque em outras disciplinas do curso, sob orientação do corpo docente do curso de Jornalismo da Uniritter. Neste segundo eixo do jornal, o leitor encontra matérias sobre o impacto da pandemia em pesquisas acadêmicas; o incentivo legal e as dificuldades partidárias para ampliar a participação de mulheres na política; o avanço do vegetarianismo no Brasil e a sua relação com a causa animal; e a forma híbrida de desfrutar a cultura, que surgiu com a pandemia e tende a se consolidar. Há ainda uma entrevista sobre jornalismo com a repórter e pesquisadora Fabiana Moraes.

Jornalismo é uma atividade coletiva e a produção de um jornal - impresso ou digital - evidencia essa característica. Com gratidão, contamos com a parceria

MANIFESTAÇÕES POLÍTICAS POLARIZAM ESPAÇOS CENTRAIS DE PORTO ALEGRE

Os recentes atos de grupos favoráveis e contrários ao governo federal em Porto Alegre revelam uma cidade politicamente dividida.

Por Júlia Barth

A chuva incessante que caía sobre Porto Alegre no dia 7 de setembro de 2021 parecia pôr um fim aos planos dos manifestantes de ocuparem dois importantes parques da cidade. Mas, mesmo assim, as pessoas enfrentaram o mau tempo e saíram às ruas. Aos poucos, o incômodo da chuva que escorria pelas avenidas da capital passou a ser pequeno se comparada à luta dos grupos opostos pelo simbolismo da Independência do Brasil.

Algumas pessoas ostentando camisetas verde e amarelo, com cartazes de apoio ao presidente Jair Bolsonaro (naquele momento, sem partido), se arriscavam pelos caminhos lamacentos do Parque Moinhos de Vento (Parcão) e seguiam para a Avenida Goethe, a fim de ver a gigante bandeira do Brasil hasteada em um guindaste. A poucos metros dali, na Avenida João Pessoa, perto do Parque da Redenção, um outro grupo também se manifestava com bandeiras vermelhas e cartazes reivindicando pautas sociais.

Apesar de a capital gaúcha conhecer bem o cotidiano das manifestações urbanas, o Sete de Setembro é um dia especial para os manifestantes e gera um sentimento diferente, que a advogada criminalista Patrícia Bado, de 56 anos, que esteve no ato a favor do presidente, tenta explicar:

“É a vontade de ter um país melhor e se apropriar dos nossos símbolos. [...] Ou seja, o Brasil é meu partido.”

“É a vontade de ter um país melhor e se apropriar dos nossos símbolos. Antigamente tínhamos vergonha de andar com a bandeira do Brasil e, hoje, ela está na minha janela. Ou seja, o Brasil é meu partido”, resume Patrícia.

A advogada relata que a chuva não afastou os manifestantes bolsonaristas que pediam o voto impresso e o fim de uma suposta “ditadura da toga” realizada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Em português e em inglês, cartazes buscavam fazer uma espécie de alerta internacional, enquanto outros pediam intervenção militar - o que contraria a Constituição.

Pelas ruas era possível ver antigos veículos das Forças Armadas, uma cela com prisioneiros simulando políticos e, ao longo da avenida, crianças e adultos circulando, na sua maioria, sem máscara. Dois carros de som tocavam músicas como “Eu Te Amo Meu Brasil” e “Pra Frente Brasil”, que se tornaram símbolos da ditadura militar, intercaladas com discursos de simpatizantes de Bolsonaro que vieram de diferentes cidades do interior do Estado.

“Não era um discurso de raiva, não era uma ode à perseguição, era o que queremos para o futuro e, por isso, eu me identifiquei”, comenta Patrícia, ao enfatizar que o ato passava uma energia de “amor e compartilhamento”.

A três quilômetros do Parcão, o ato contrário ao presidente migrava do Parque da Redenção para debaixo do viaduto da Avenida João Pessoa, devido à forte chuva. Manifestantes usando máscaras, com bandeiras de movimentos sociais e de partidos e cartazes de oposição ao governo gritavam “fora Bolsonaro genocida”. Para esses, o dia 7 de setembro também significa a retomada de um símbolo.



Foto: Júlia Barth

“Foi bem representativo porque é como se estivéssemos pegando o nosso dia e a nossa bandeira de volta”, comenta Érica Machado, de 19 anos, estudante de Políticas Públicas, que esteve no ato.

Somado ao movimento “Fora Bolsonaro” estava o 27º Grito dos Excluídos e das Excluídas, que acontece desde 1995 na data da Independência do Brasil. O movimento, criado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), é um conjunto de manifestações que têm como lema “A vida em primeiro lugar”, sendo um contraponto ao Grito da Independência e em defesa das lutas populares por direitos. No ato, também foram levadas cruzes para lembrar os quase 600 mil mortos que o país registrava, naquele momento da pandemia, e houve arrecadação de alimentos para famílias carentes.

Logo após a realização de um almoço solidário para pessoas em situação de rua, o movimento seguiu para uma caminhada em direção ao Largo Zumbi dos Palmares. Com falas pontuais, os manifestantes pediam o impeachment do presidente e defendiam pautas como a o acesso à saúde, comida, moradia, trabalho e participação popular.

“Quando passamos por ruas com prédios, o pessoal faz barulho, sempre grita alguma coisa, e isso anima o movimento”, relata a estudante Érica, destacando a importância da caminhada, mas avaliando que houve uma certa desorganização no ato.

No Sete de Setembro, a cidade de Porto Alegre, como um palco, é disputada por duas frentes que tentam reassumir o mesmo símbolo: a liberdade brasileira.
mus malesuada metus in est



Foto: Julia Barth

QUAIS BAIRROS SEDIAM AS MANIFESTAÇÕES

Tradicionalmente, Porto Alegre costuma aderir aos movimentos nacionais que de tempos em tempos sacodem o Brasil. Seja por manifestações contrárias ou a favor do governo federal, cada qual busca achar seu espaço na metrópole gaúcha. Nos bairros Centro e Cidade Baixa, por exemplo, as manifestações têm encontrado um caráter de repúdio ao presidente.

Para a servidora pública, militante do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e coordenadora geral do Sindicato dos Técnicos Administrativos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (ASSUFRGS), Tamyres Filgueira, de 34 anos, a escolha dos bairros Centro e Cidade Baixa para os atos contrários ao governo vem do intuito de chamar a atenção da população ao se manifestar em áreas residenciais.

"Um pouco do trajeto é pensado no sentido de conversar com a população, trocar essa ideia, incentivá-los e motivá-los, dizer que tem uma saída", acrescenta a servidora, ao relatar que o movimento na rua tem uma repercussão positiva nos moradores.

Tamyres conta que as organizações buscam espaços abertos para a concentração dos atos. O objetivo é não haver aglomeração e que os manifestantes



Foto: Júlia Barth

dos bairros mais afastados e da Região Metropolitana possam chegar facilmente ao local.

Com mais de 39 mil habitantes, representando 2,8% da população de Porto Alegre, o Centro Histórico é tradicionalmente o local onde a esquerda porto-alegrense costuma iniciar suas manifestações.

Para o professor do Departamento de Sociologia da UFRGS Marcelo Kunrath, que estuda movimentos sociais e protestos, os lugares não são neutros e o ato de se manifestar em determinados ambientes expressa a vontade de fazer parte da história daquele local.

"Quando grupos políticos decidem onde vão se manifestar, eles tendem a buscar espaços políticos que sejam significativos para as pessoas que eles querem atrair", comenta o sociólogo. Nesse sentido, ao utilizar o Centro como ponto de início de seus atos, os manifestantes à esquerda não só buscam ocupar um espaço que condiga com seus ideais, como também visam cativar mais olhares. Ainda que o local de início do ato seja alterável, dependendo muitas vezes também do que é reivindicado, a dispersão tem acontecido no mesmo lugar: o Largo Zumbi dos Palmares, na Cidade Baixa.

Conhecida por ser um bairro boêmio, a Cidade Baixa abriga mais de 15 mil habitantes e representa 1% da população da capital. Além de ser um local de fácil acesso e deslocamento dos manifestantes, a dispersão no Largo Zumbi dos Palmares também carrega um simbolismo para esses grupos:

"O Largo Zumbi tem para nós um simbolismo da luta do movimento negro, e a gente costuma dispersar ali porque é um lugar grande e aberto", comenta Tamyres.

Segundo o sociólogo, se uma manifestação for feita no local errado, com o qual o público-alvo não se identifica, ela provavelmente fracassará. Para Kunrath, há espaços que ganham características que dizem respeito à posição política de seus moradores e, por isso, geram o sentimento de pertencimento a determinados grupos políticos e ideológicos.

O sociólogo lembra que o Parcão, no bairro Moinhos de Vento, não era um lugar associado à política até o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff.

"Ao se tornar um espaço de manifestação dos setores favoráveis ao impeachment, o Parcão como espaço ganhou uma marca ideológica, de classe, com um recorte racial e econômico", explica o pesquisador acerca do perfil dos moradores do entorno do parque.

A movimentação da direita brasileira pelos protestos políticos foi uma grande surpresa para a sociedade, segundo Kunrath. Normalmente associada à elite, a direita não costumava participar de protestos. Mas, a partir da reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e com o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff em 2016, a direita brasileira ganhou novos membros que vão além da elite econômica. O bairro Moinhos de Vento, historicamente conhecido como um bairro nobre de Porto Alegre, possui cerca de 12 mil habitantes, menos que o Centro e a Cidade Baixa, representando 0,85% da população. A reportagem tentou repetidas vezes entrar em contato com os organizadores da manifestação no Parcão no dia 7 de setembro, mas não obteve respostas.

Para a manifestante Patrícia Bado, o uso do Parcão para os atos favoráveis a Bolsonaro é representativo. A advogada relata que como o espaço foi usado desde o início das manifestações à direita, acredita que o parque seja um bom lugar.

"O Parcão é um local lindo, agradável e, como é organizado, as pessoas têm a consciência de que aquele parque faz parte do nosso coração", comenta Patrícia.

Além de participar dos protestos no local, Patrícia também frequenta o Parcão a passeio, por ser perto de sua casa.

O sociólogo Kunrath destaca que, ainda que a imensa maioria da população resida em bairros e em vilas populares, é mais difícil a construção de grandes atos nesses lugares, por serem afastados do Centro. Além disso, o Centro é tido como um espaço democrático onde é possível realizar protestos, diferentemente das vilas e bairros. Apesar dos três bairros serem localizados em regiões centrais e valorizadas, há diferenças de poder aquisitivo entre seus moradores. Segundo a pesquisa Observando Bairro de 2016, a renda média no Centro Histórico é de R$ 2,174,35, enquanto na Cidade Baixa é de R$ 2.056,91. Já no Moinhos de Vento é quase o dobro: R$ 3.998,07. Os três bairros estão acima da renda média de Porto Alegre, que fica em torno dos R$ 1,6 mil. Logo, as preferências políticas dos bairros não condizem somente com o poder econômico dos moradores.

Para a servidora pública Tamyres Filgueira, a configuração da região tem um peso no perfil político que as pessoas defendem.

"As pessoas que são donas de empresa, situadas em bairros ricos, têm esse perfil de achar que têm que retirar o direito dos trabalhadores. Então, nesse sentido, fecham com o Bolsonaro", comenta Tamyres.

O Moinhos de Vento foi o primeiro bairro que recebeu grandes investimentos imobiliários e de infraestrutura a partir das décadas de 1970 e 1980. Já o Centro foi um dos bairros que sofreu um processo de elitização com a inauguração de shoppings no mesmo período.

DEMOCRACIA NAS MANIFESTAÇÕES

O cruzamento da Rua da Praia com a Avenida Borges de Medeiros ganhou o nome de Esquina Democrática por ser o ponto central das manifestações políticas, artísticas e culturais da

cidade desde o século XIX. Em setembro de 1997, a Esquina Democrática foi tombada pelo município para destacar o seu passado político e para se tornar uma referência permanente da democracia brasileira.

De acordo com o professor e presidente da Central Única dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul (CUT-RS), Amarildo Ceci, de 59 anos, a Esquina Democrática é um espaço tradicional para os movimentos mais reivindicativos e representa a luta pela democracia na cidade. No entanto, devido ao volume de pessoas nos atos "Fora Bolsonaro" e como forma de pressionar o governo municipal, protestos recentes têm sido marcados em frente à prefeitura de Porto Alegre, próxima à Esquina Democrática.

O sociólogo Kunrath destaca que as manifestações tendem a usar espaços mais centrais da cidade para que haja cobertura midiática e impactos na cidade. Dessa forma, a Esquina Democrática nasce da democratização do espaço público como um ambiente político. O arquiteto, urbanista e diretor do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-RS) Marcelo Heck, de 33 anos, acrescenta que o espaço público é essencial para as pessoas se manifestarem.

"O espaço público é um onde as pessoas se manifestam e exercem o seu direito, suas inquietações tanto favoráveis quanto contrárias a qualquer medida que está sendo tomada pelo governo ou a sociedade", explica o urbanista.

Heck apresenta, ainda, outro termo: o direito à cidade, que busca dar conta do direito da população a usufruir da infraestrutura, da prestação de serviços e do direito à convivência social. As manifestações urbanas, conforme o urbanista, sempre demandam o direito à cidade.

O diretor do IAB-RS relembra os protestos de 2013, que reivindicavam a redução do valor da passagem no transporte público como um caso de direito à cidade, visto que a população queria ter o poder econômico de ir e vir.

"As manifestações são uma valorização do espaço público político, porque não só diferenciam o espaço público do que é privado, mas também criam um espaço onde as pessoas possam exercer a política, que faz parte do cotidiano", avalia Heck, acrescentando que o espaço público político está presente até mesmo na escolha de não se manifestar.

Para Patrícia Bado, manifestante favorável ao presidente Bolsonaro, a democracia é algo a ser conquistado. A advogada comenta que o país vive uma "democracia amordaçada", termo usado para denotar a censura em Estados democráticos. Para Patrícia, a "intransigência" e o "politicamente correto" estão sendo empurrados para a população, enquanto a democracia signfica não ultrapassar o espaço do outro.

"A minha democracia é: eu não vou discutir com quem não está aliado com as minhas ideias. É o respeito que eu tenho por mim e, desde que não me atinja, faça o que quiser", afirma Patrícia.

Ao avaliar a trajetória política de Porto Alegre, o sociólogo Kunrath aponta que o município "retrocedeu" em termos democráticos, perdendo o posto de cidade exemplo do Fórum Social Mundial.

Em janeiro de 2001, o Fórum Social Mundial se reuniu pela primeira vez em Porto Alegre, sendo um espaço internacional para a reflexão e a organização contra a globalização neoliberal e a favor da construção de alternativas para o desenvolvimento humano. A capital gaúcha ficou mundialmente conhecida como a cidade do Orçamento Participativo e o que não era debatido no plenário passou a ser reivindicado pelas manifestações urbanas.

O urbanista Heck comenta que Porto Alegre foi uma das primeiras cidades a ter um grande protesto nas manifestações de 2013, chamadas de Jornada de Junho. Segundo Heck, os atos daquele ano foram os maiores protestos já registrados desde as Diretas Já. De acordo com o G1-RS, em seu maior ato, no dia 20 de junho de 2013, foram 18 mil manifestantes em Porto Alegre, dos quais 20 foram detidos e 15 feridos.

Kunrath observa que a garantia do direito a se manifestar depende, muitas vezes, da posição de classe, racial e ideológica do indivíduo na sociedade. Em sua visão, a preferência estatal por determinados grupos de manifestantes não é de hoje e evidencia o retrocesso da democracia no Brasil.

ESPAÇOS PÚBLICOS E SUAS BANDEIRAS

Porto Alegre vive um momento politicamente polarizado, no qual há pouco debate entre grupos opostos. Porém, o lazer nos espaços públicos, como os parques, sempre levou esses blocos a se encontrarem.

"Não deixo de ir na Redenção só porque ali as manifestações são contrárias às minhas ideias", declara Patrícia Bado.

A advogada conta que, ainda que a Redenção seja historicamente um espaço da esquerda, é um ambiente público que costuma frequentar para lazer. Mas, para manifestações, enfatiza que a escolha do Parcão é um ato de liberdade para a ala bolsonarista e um ponto de encontro para os manifestantes.

O presidente da CUT-RS, Amarildo Ceci, afirma que os espaços ocupados pela esquerda, como a Redenção e o Gasômetro, são mais plurais e democráticos.

"O pessoal que ocupa o Parcão tem uma marca de classe média que está muito estigmatizada e só tem esse local de referência", implica Amarildo. Como explica o urbanista Heck, a territorialidade é um processo que faz com que uma pessoa, por se sentir mais identificada com um espaço, se territorialize por questões de vínculo social.

"O público que frequenta o Parcão cotidianamente é diferente do que frequenta a Redenção. Mas, mais do que isso, em relação às manifestações urbanas, o espaço público vira simbolismo", explica o urbanista.

Se no Parcão há um monumento que faz homenagem ao ditador militar Castelo Branco, na Redenção há o uso do espaço também para manifestações como a Parada LGBTQIA+. Dessa forma, existe uma identificação de determinados grupos com os locais que expressam visões políticas.

Para Heck, há um processo no qual o urbanismo e o planejamento urbano redesenham ruas e avenidas, dificultando as suas ocupações por manifestantes.

"Há um discurso de infraestrutura, mas, por trás disso, tem um processo de higienização, como o visto na construção de Brasília. Com avenidas mais largas fica difícil para os manifestantes ocuparem totalmente as vias ou fugirem", relata Heck.

A militante Tamyres projeta que, quanto mais se aproximarem as eleições de 2022, mais polarizada estará a cidade. Neste cenário, o indicativo é de que a territorialização dos espaços públicos de Porto Alegre seja, nos próximos anos, acentuada pelos manifestantes, sejam eles direita ou de esquerda.



Foto: Júlia Barth

A PORTO ALEGRE QUILOMBOLA QUE LUTA POR VISIBILIDADE

Capital possui quatro quilombos já titulados e outros quatro em processo de titulação.

Por Michelle Garcia

Os quilombos são parte viva da memória da cidade, tanto quanto seus habitantes o são da memória ancestral de um povo. De local onde pessoas escravizadas se refugiavam, o quilombo se tornou sinônimo de povo e comportamento negro, de esperança em uma sociedade melhor e de resistência cultural pela valorização da ancestralidade negra.

Como apontam o livro "Aquilombe-se: Memória, inclusão e territorialidade em Porto Alegre - Narrativas do Quilombo Lemos" e o "Atlas da Presença Quilombola em Porto Alegre", o registro dos documentos e falas desses povos são garantias da permanência dos seus modos de vida na diversidade cultural da cidade. Ao assegurar a inclusão dos quilombolas na história da cidade, é reconhecida a sua participação na construção dela e é mantido o seu legado para as gerações futuras.



Cartaz de resistência a reintegração de posse em 2018. Foto: Elisa Casagrande/UFRGS.

Em Porto Alegre, 750 famílias de oito quilombos lutam por visibilidade no espaço urbano - simbólica e, às vezes, fisicamente. O Quilombo Família Lemos, por exemplo, que fica localizado nos fundos de um terreno onde ficam a concessionária Panambra e a Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do Rio Grande do Sul (Fase), passa despercebido por quem circula pela Avenida Padre Cacique, na zona sul da capital.

"Se perguntar às pessoas, elas vão dizer que não sabiam (da existência do quilombo). Uma pequena parcela conhece. É uma área super valorizada, tanto que a prefeitura quer regularizar. Porém, a mesma diz: 'ah, mas tem o quilombo, a gente nem sabia'", relata Sandro Lemos, líder do quilombo.

A regularização fundiária é um processo de venda ou permuta de uma área urbana, a fim de formalizar espaços antes informais nas cidades. Essa formalização evita, por exemplo, processos de reintegração de posse como o vivido pela Família Lemos em 2018, em batalha judicial travada pelo Asilo Padre Cacique. Na época, a Justiça chegou a autorizar o despejo.

"Eles nos deram cinco minutos para sair de casa", diz Lemos, relembrando o medo da separação de uma família de 60 pessoas que vive unida há 50 anos, sendo a sétima geração de remanescentes do Quilombo Maçambique, originado em Canguçu, no Sul do estado.

O caso, porém, se resolveu. Com o auxílio da Defensoria Pública do Estado, da Frente Quilombola RS e do Serviço de Assessoria Jurídica Universitária da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Semear/UFRGS), os quilombolas recorreram da decisão e obtiveram a suspensão da reintegração. Já certificado, hoje o quilombo aguarda reconhecimento, delimitação e demarcação do território via Incra, que suspendeu trâmites desse tipo durante a pandemia.

Dentro do Quilombo Família Lemos, a própria comunidade oferece atividades educacionais, com o apoio da Frente Quilombola RS. O líder do quilombo cita, por exemplo, uma "quilomboteca", ainda inacabada, onde serão oferecidas aulas no contraturno e contadas as histórias do povo negro que, segundo Sandro Lemos, não são contadas nos livros e escolas. O quilombola afirma que não há políticas públicas ou recursos que beneficiem o grupo.

"Sem partido, sem verba de ninguém. É nós por nós. Ninguém vem bater na nossa porta. A gente é que tem que ir atrás. Isto é, a gente se auto organiza", resume o líder do quilombo.

Para Lemos, o legado do quilombo é o bem-viver, a consciência entre crianças e jovens da comunidade sobre a luta de seus antepassados e o território em si. Ele defende que o território é importante porque é nele que os quilombolas se conectam e é onde se pode levar a sociedade para olhar o modo como vivem.

"Queremos deixar esse coletivismo para as novas gerações, o senso de que não fazemos nada sozinhos. Se um quilombo tem, o outro tem. Se um ganha, o outro também. Se um está em perigo, o outro está em perigo. Repartir, mesmo que só dê um pouquinho para cada um. As novas gerações conhecendo a respeito da história já é um grande passo", resume o líder quilombola.

PARA FIRMAR OS PÉS NO CHÃO

Realizado em 2020, o último levantamento do Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul conta 146 comunidades quilombolas no Estado. A capital possui, segundo dados da prefeitura, quatro quilombos já titulados, ou seja, com sua posse reconhecida pelo poder público: Família Silva, no bairro Três Figueiras; Areal, no Menino Deus; Alpes, no Glória, e Família Fidélix, na Cidade Baixa. Outros quatro estão em processo de titulação: Flores, no Alto Petrópolis; Machado, no Sarandi; Família Lemos, na Avenida Padre Cacique e Família de Ouro, na Lomba do Pinheiro.

Advogado e membro da Frente Quilombola RS (FQ/RS), Onir de Araújo explica que, para receber a titulação, o território depende de uma série de procedimen-

tos. Inicialmente, é feita a autoidentificação da comunidade, que encaminha o documento à Fundação Cultural Palmares. Esta abre um processo no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), responsável por fazer os estudos técnicos necessários para o processo de demarcação da área.

Resistindo aos processos de disputa pelo solo urbano, a paisagem da área de 4,5 mil metros quadrados do Quilombo Família Fidélix, antiga Ilhota, se sobressai às sombras dos altos prédios de seu entorno, entre os bairros Azenha e Cidade Baixa. O espaço tem uma horta comunitária e é repleto de árvores, muitas com frutas. O terreno ao lado pertencia a uma empresa privada, que, segundo os moradores do local, ameaçava a comunidade com cachorros.

O quilombo foi criado a partir do encontro de três famílias em 1970, cuja herança deixada consolidou a comunidade que se conhece hoje. O grupo vinha de Santana do Livramento, a pouco mais de 500 quilômetros de distância.

Mais de 50 anos depois, assim como na maioria dos quilombos, o local ainda carece de serviços básicos, como o atendimento de saúde, mesmo tendo ele próprio um hospital dentro de seu terreno. Conforme o líder da comunidade, Sérgio Fidélix, havia um acordo de que os moradores poderiam usar o prédio, como forma de indenização à existência de uma construção na área. Os quilombolas chegaram a propor que fossem reservados para eles quatro ou cinco leitos no Hospital Porto Alegre, o que, conforme Fidélix, não foi aceito pela prefeitura.

"O que fazer com um prédio desse tamanho? Nem todos têm a compreensão do espaço. Temos o espaço, mas não conseguimos fazer as reparações necessárias. Imagina, com um prédio sem diretoria atuante, que não busca entrar para dentro da história, porque acham que não é relevante. É necessário que venham pessoas de fora para que se faça entendível", critica Fidélix.

No sábado em que a reportagem visitou o quilombo, abaixo de pancadas de chuva, a roda de conversa buscava perspectivas para a titulação coletiva e comunitária, também em processo de regularização fundiária individual, ainda que negociar ou vender terras quilombolas e indígenas seja ilegal. Ainda que tenha a posse da terra, a comunidade carece de regularização da área. Uma proposta de projeto de lei está sendo debatida pela comunidade, a fim de ampliar a segurança jurídica.

"O pessoal fala tanto da consciência negra, do Novembro Negro. O que a prefeitura de Porto Alegre poderia fazer, em vez de nos dar tapinha nas costas, fazer menção honrosa, se ela



Plantas do quintal do Quilombo Fidélix. Foto: Michelle Garcia.



Atual fachada do Quilombo Fidélix. Da esquerda para a direita: Presidente da Associação Quilombola, Sérgio Fidélix, Ronaldo Santos, apoiador do Quilombo, Janete Benk, vice-presidenta da Associação e Damasceno, também integrante da Associação. Foto: Michelle Garcia.

é realmente solidária e consciente da dívida histórica que tem com nosso povo, é titular estas duas áreas, o Fidélix e o Areal", aponta o advogado Onir de Araújo.

Às 9h de uma quarta-feira ensolarada, uma Unidade Móvel de Saúde estacionava em frente ao Quilombo Fidélix para prestar atendimentos médicos aos seus moradores - cena rara, segundo a comunidade. A enfermeira Regiane da Silva destaca a importância deste movimento:

"Para mim, é gratificante porque você acolhe e aborda uma comunidade que tem uma dificuldade no atendimento. O caminhão vem pra ter essa interação com a comunidade", observa Regiane.

CRIAR RAÍZES

A história do povo negro é dicotômica: por um lado, há a opressão e a exclusão, mas, por outro, há o protagonismo. Também conhecido como Jamaica, Luis Rogério Machado subverteu o que se conhece por Sete de Setembro, dia da Independência do Brasil. Ele rememora a retomada do espaço, em 2012, onde se mantém até os dias atuais o Quilombo dos Machado.

O líder do quilombo relata que atualmente há 260 famílias na comunidade urbana, no bairro Sarandi, entre elas famílias cearenses, haitianas e venezuelanas, além da árvore genealógica da Família Machado, cujos galhos se estendem por São Francisco de Paula, Encruzilhada do Sul e Caçapava do Sul. Ele destaca que a fortificação encontrada na família é perpassada pela ancestralidade.

"O quilombo sempre foi, na verdade, por história ancestral, ele sempre foi social", resume Jamaica.

Além do culto aos orixás, há também o ensinamento para as próximas gerações, enquanto resistência antirracista, focada, acima de tudo, em uma boa educação. Jamaica relata que a cultura ancestral e antirracista é trabalhada com as crianças e adolescentes da comunidade.

"Trazer a importância do 20 de novembro, da Tereza de Benguela, dos Lanceiros Negros, do que é ser negro, do que é ser negro dentro do Brasil. Essas vivências que fazem o racismo bater. Quando tu nasce preto, tu já tem que estar preparado para aquele sistema. Tu diz: 'Eu sou fortalecido, eu sou luta, eu sou raiz, eu sou candomblé, eu sou umbanda, eu sou nação", exprime o líder quilombola.

OS DESAFIOS E VITÓRIAS NO ACOLHIMENTO A IMIGRANTES EM PORTO ALEGRE

A capital conta com serviços públicos e privados para auxiliar essa população, mas acesso a empregos formais ainda é obstáculo.

Por Eduardo Pedroso

Prestes a completar 250 anos, Porto Alegre tem em sua genética o DNA de muitas nações. O início de seu povoamento ocorreu em 1772, com a chegada de 60 casais portugueses açorianos e, a partir de 1824, passou a receber imigrantes alemães, italianos, espanhóis, poloneses, africanos, judeus e libaneses.

Hoje, as características migratórias da cidade mudaram, mas ela mantém o desafio de acolher quem vem de fora. Segundo dados do Centro Ítalo-Brasileiro de Assistência e Instrução às Migrações (Cibai Migrações), que presta acolhimento a imigrantes em Porto Alegre, na última década foram cadastradas pessoas vindas do Haiti, do Uruguai, do Senegal, da Argentina, do Peru, da Venezuela e da Bolívia. A estimativa deles é de que a capital abrigue cerca de 30 mil imigrantes, metade deles oriundos do Senegal, da Venezuela e do Haiti e outros países caribenhos.

O maior fluxo migratório costuma acontecer quando o país de origem da pessoa passa por situações extremas, como guerras e crises econômicas graves. No Haiti, por exemplo, o êxodo populacional ocorreu após um terremoto que devastou o país em 2010. Na Venezuela, a migração começou em 2014, diante de uma recessão econômica.

OS DESAFIOS DO IMIGRANTE EM PORTO ALEGRE

As principais dificuldades de quem migra são o idioma, a falta de documentação e o acesso ao mercado de trabalho formal. Segundo pesquisa realizada em 2015 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em conjunto com o Ministério da Justiça há ainda o racismo e o medo de parte dos nativos, que veem nos estrangeiros uma ameaça à perda de postos de trabalho. Medo desnecessário, conforme o secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo de Porto Alegre, Rodrigo Lorenzoni.

"Não é uma concorrência. Os imigrantes, a maior parte, aceitam postos de trabalho que os nativos não aceitam", explica Lorenzoni.

O secretário afirma, ainda, que o idioma é o principal empecilho aos migrantes para obter colocação no mercado formal.

De acordo com o padre Anderson Hammes, diretor do Cibai Migrações, Porto Alegre atrai os imigrantes por ser um polo industrial. Ele estima que o tempo até se conseguir um emprego, a depender de a documentação estar regularizada, varia entre 15 e 30 dias. Havendo deficiência nos documentos, o intervalo pode aumentar para um a seis meses.

"Desde março de 2021 há mais oferta de empregos do que migrantes em busca de vagas", ressalta Hammes.

Há outra porta de acesso ao trabalho que muitos estrangeiros têm buscado, na falta de vagas formais: o empreendedorismo. Por meio da abertura da figura do Microempreendedor Individual (MEI) é possível regularizar o trabalho informal prestado pelo imigrante e, assim, regularizar sua estadia no Brasil.

"Hoje, para a maioria dos imigrantes, a realidade é a de trabalho informal. Empreender é uma das formas de regularizar", afirma Lorenzoni.

O Cibai mantém o Programa de Inserção Sociolaboral, destinado a formar microempreendedores. Nele, são ministradas aulas de administração e noções de marketing. Além disso, os integrantes são orientados sobre a elaboração do produto e a como fazer o registro empresarial nos órgãos públicos. A entidade também oferta capital inicial aos formados.

Além de serviços de atendimento e orientação, o secretário municipal de Desenvolvimento Social, Leo Voigt, destaca o despertar da solidariedade da população porto-alegrense a esse grupo.

"Agrupamentos de migrantes que têm situação de pobreza e vulnerabilidade vêm despertando uma solidariedade e voluntariado incomum em nossa cidade. Onde há uma família migrante, há um círculo de acompanhamento e solidariedade no seu entorno", revela Voigt.

Esteevy MC Fleury Joseph, haitiano, chegou a Porto Alegre em maio de 2016, tendo sido recebido por um primo que aqui já residia. Não chegou a receber auxílio do governo: em cinco dias, conseguiu um emprego em uma quadra de esportes, e afirma ter sido muito bem recebido.

Nem todos, porém, têm a mesma sorte. Há casos em que, ao invés da esperada recepção calorosa, acabam sofrendo grandes decepções. Moustapha Sall, 33 anos, em Porto Alegre há oito, afirma que teve uma experiência ruim quando trabalhou informalmente em um restaurante, com a promessa de receber um salário no final do mês. Na hora do pagamento, não recebeu nem mesmo o valor do vale-transporte.

Há uma perspectiva cultural nesse intenso fluxo migratório, de onde se pode esperar um agregado de valores.

"Os migrantes participam ativamente na construção de uma sociedade mais rica cultural e etnicamente", observa Voigt.

Na visão da socióloga Jocelem Mariza Soares Fernandes, falta uma política de integração e de acolhimento para imigrantes em Porto Alegre. Ela avalia que essa população, em sua maioria, "vive em condições de exploração no mercado informal de trabalho, marginalizada, devido à venda de produtos de baixa qualidade, e sofrendo constantes batidas policiais, principalmente no final do ano".

SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO

A capital gaúcha conta com uma série de iniciativas públicas e privadas que tratam do tema migratório. A prefeitura, por exemplo, possui atendimento multidisciplinar que visa receber e orientar imigrantes, oferta de assessoria jurídica e casas que proporcionam uma moradia inicial, cursos de língua portuguesa, divulgação de vagas de emprego, doações e auxílio no encaminhamento de documentação pessoal e elaboração de currículos.

Na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), o Grupo de Assessoria a Imigrantes e Refugiados (Gaire) presta assessoria popular jurídica e psicossocial a imigrantes, refugiados e solicitantes de refúgio. O objetivo é que essas pessoas saibam quais são seus direitos e ajudá-las a preservá-los.

A Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) também tem seu atendimento a imigrantes: o Serviço de Assessoria em Direitos Humanos para Imigrantes e Refugiados (Sadhir), atrelado à Escola de Direito. No local, é oferecido auxílio a quem se estabeleceu no Brasil e soluções para eventuais demandas judiciais e dúvidas relativas a assuntos como documentação, moradia e saúde.



Foto: Divulgação/São José.

SÃO JOSÉ: O CLUBE DE BAIRRO QUE SONHA CHEGAR À ELITE DO FUTEBOL

Tradição na zona norte da capital, o Zequinha pode até ser considerado pequeno, mas pensa grande.

Por Leonardo Bender

Em maio de 1913, em uma escola localizada no centro de Porto Alegre, seis adolescentes davam início ao Esporte Clube São José, o Zeca ou Zequinha, como é carinhosamente chamado. Apesar de ter surgido na região central da capital, foi na zona norte que se habituou a mandar seus jogos desde 1937. Um clube de bairro, humilde, a terceira força da cidade, atrás dos gigantes Grêmio e Internacional. Nem por isso, o time deixa de sonhar. Muito pelo contrário, seus objetivos são grandes e a luta é ainda maior: estabilizar o clube financeiramente, chegar à segunda divisão nacional e se manter nela, para em um futuro, nem tão distante, estar entre os 20 principais times do País. Para atingir essas e outras metas, é indispensável o apoio de seus fiéis e apaixonados torcedores.

À época de sua fundação, Léo de la Rue, o primeiro presidente do clube, estipulou que cada jogador comprasse o seu uniforme e contribuísse com 500 réis por mês para ajudar nas despesas e dar o pontapé inicial no projeto. Desde o final de 2013, o São José é comandado pelo Grupo Aspecir. O futebol em si é um departamento terceirizado, uma espécie de clube-empresa. O presidente da instituição, por exemplo, não define questões contratuais ou coisas do tipo, mas procura sempre estar por dentro de tudo.

De acordo com o gerente executivo de Futebol, Luciano Oliveira, o São José possui uma plataforma de análises de jogadores, visando diminuir o

Um clube de bairro, humilde, [...] atrás dos gigantes Grêmio e Internacional. Nem por isso, o time deixa de sonhar.

erro nas contratações. O atleta observado também precisa combinar com o modelo de jogo do treinador, para isso, também são contatados os ex-clubes de cada profissional.

"Analisamos o extracampo também, se o jogador é casado, tem filhos, carro etc. Sou minucioso em detalhes. Mas buscamos o consenso de todos antes de contratar de fato", comenta Oliveira.

Atualmente, o Zeca conta com 32 jogadores em seu elenco profissional e 30 nas categorias de base, nível sub-20. Antes da pandemia, havia categorias sub-15 e sub-17. Por conta dos protocolos sanitários contra a covid-19, o clube precisou dispensar esses grupos, mas a ideia é recriá-las em 2022. É comum que haja jogadores de base treinando junto com os profissionais, e sendo promovidos gradualmente.

FINANÇAS

A folha salarial do São José é de R$ 200 mil, cerca de 1,5% da folha salarial do Grêmio, e 2,5% da folha salarial do Internacional.

"Não possuímos dívidas, apenas algumas ações trabalhistas, como qualquer clube tem, mas estamos por dentro de tudo, nada que irá nos comprometer", relata Oliveira.

Ele considera que o patrocínio é o mais importante para a instituição, além disso para o Gauchão, o Zeca recebe uma cota em torno de R$1 milhão. "É um trabalho difícil, as empresas grandes vão para clubes maiores, mas conseguimos manter o clube em dia e honrar os compromissos", manifesta.

Nas últimas cinco edições do Campeonato Gaúcho, o Zeca chegou três vezes à fase "mata-mata". Em 2018, inclusive, o clube quase disputou a final, caindo nos pênaltis, na semifinal, para o Brasil de Pelotas.

Na Série C, terceira divisão do Brasileirão, em 2019, primeiro ano do clube no campeonato, o São José ficou a um jogo do tão sonhado acesso à Série B, perdendo para o Sampaio Corrêa, do Maranhão. Segundo Oliveira, o objetivo principal é subir de divisão e, a partir disso, fazer um novo planejamento visando a permanência nela.

CLUBE DO BAIRRO

O torcedor Eduardo Torres conta que, nos últimos anos, se tornou mais comum a presença de crianças nos jogos do São José. Infelizmente, com a pandemia da covid-19, o projeto "Clube do Bairro" não saiu do papel. O intuito da ação é levar o Zeca para as escolas da região, e os alunos irem ao estádio do time.

"Queríamos que as crianças acompanhassem os treinos dos jogadores, ter esse contato direto com o time, que não tem na dupla grenal. A ideia é rejuvenescer a torcida cada vez mais", conta Oliveira.

Segundo o especialista em marketing esportivo Beto Carvalho, há dois conceitos principais nesta área: o branding e o selling. O São José explora muito mais branding, que são as ações institucionais, que dão expansão à marca, e as ações relacionais, que geram engajamento à instituição. O selling, mais voltado à monetização, é uma consequência do primeiro conceito.

"Marketing é muito mais que uma questão de realidade, é uma questão de percepção. Um dos focos mais importantes é aumentar essa percepção, através do branding, e monetizar as ações através do salling", afirma Carvalho.

Quem já conhece o clube pode estar se perguntando: "O apelido não é Zequinha?". Pois então, muitas pessoas até o chamam assim, mas, de acordo com o torcedor Torres, com o tempo, isso foi caindo, juntamente com a alcunha de ser o time "mais simpático do Brasil", inscrição identificada no pavilhão social do São José até poucos anos. Isso se devia ao estádio seguro, em que se pode ir com

a família tranquilamente e, também, de certa forma, por unir torcedores da dupla grenal. Os torcedores, principalmente os mais jovens, não gostam muito desses apelidos e, com a ascensão do Zeca nos últimos anos, a ideia é extinguir ambos os apelidos.

"O simpático não vai incomodar nunca. O mesmo vale para Zequinha", argumenta Torres.

PASSO D'AREIA

Em 1937, o clube passou a jogar no Passo D'Areia, no encontro da Avenida Assis Brasil com a, atualmente chamada, Avenida Rio São Gonçalo. No entanto, nos primeiros anos, o terreno era alugado. A compra aconteceu em 1939 e a inauguração, no ano seguinte.

Não só de grandes jogos de futebol o estádio foi palco. Por lá, se apresentaram artistas renomados da música internacional, como Elton John, R.E.M. e Pearl Jam. Além disso, buscando promover e fortalecer a relação do time com a comunidade local, o clube disponibiliza churrasqueiras, piscinas, quadras e outras atividades para sócios.

Após decisão unânime do conselho deliberativo, em 1° de janeiro de 2020, o Estádio passou a se chamar "Francisco Novelletto Neto", em homenagem ao dirigente que ficou 19 anos à frente do futebol do clube.

"Nós não seríamos o que somos hoje se o Novelletto não tivesse passado por aqui", avalia o presidente do clube, Flávio Abreu.

Apesar do nome oficial, o estádio do São José ainda é chamado pelos seus torcedores e pela população pelo seu apelido.

"Passo D'areia sempre foi apelido, e as pessoas o chamam assim até hoje", afirma Torres.

Quando o Zeca encerrou sua parceria com as Lojas Renner, em 1995, Novelletto, já como diretor do clube, viu uma oportunidade de ajudar o São José. Com isso estampou a marca de sua empresa, a Multisom, na camisa azul e branca.

"Estávamos prestes a fechar as portas, nos encontrávamos na terceira divisão do campeonato gaúcho. Ele investiu no clube e ajudou a reformar o estádio. Devíamos isso a ele", diz Abreu.

O HISTÓRICO FÁBIO RAMPI

Fábio Rampi, goleiro, capitão, artilheiro e ídolo máximo do clube, está no Zeca desde 2015. No total, Rampi possui mais de 270 jogos e 27 gols pelo São José, até o fechamento desta reportagem. É o goleiro que mais marcou gols no País, em 2021. Além disso, é o terceiro maior arqueiro artilheiro da história do futebol brasileiro, ficando atrás apenas de Rogério Ceni e Márcio (ambos aposentados).

O torcedor Eduardo Torres chegou a brincar, dizendo que Fábio Rampi será o futuro presidente do Zeca.

"Embora esteja distante (a minha aposentadoria), no futuro eu gostaria de continuar trabalhando em alguma outra função no São José, para tentar retribuir tudo o que fizeram por mim", afirma o goleiro.

Ao longo dos mais de seis anos de titularidade no gol do Zeca, o capitão comenta que já ouviu muitas vezes, de colegas e ex-colegas, que o Passo D'areia é um ótimo lugar para trabalhar:

"Temos uma relação tranquila com a torcida, nos cobram quando necessário, mas o importante é que sempre demonstram apoio. E o clube dá as melhores condições possíveis".

Em junho deste ano, quando ele completou 250 jogos pelo clube, a diretoria do Zeca prestou homenagem ao ídolo, com os dizeres:

"É impossível contarmos a história deste clube sem mencionarmos Fábio Rampi. E no momento em que completas 250 jogos defendendo as nossas cores, e sendo exemplo dentro e fora de campo, o Esporte Clube São José tem a honra de te homenagear e marcar mais este capítulo que tu escreves na nossa história."

SÃO POUCOS, MAS SÃO LOUCOS



Foto: Eduardo Torres/São José.

Em 2007, foi criada, por jovens estudantes, a Torcida Organizada (ou Barra, como muitos preferem chamar) Os Farrapos. A ideia era preencher uma lacuna que, até então, era desocupada no clube, com a ausência de um modelo de torcida organizada, de fato. Mas, claro, o objetivo central era estar ao lado do São José, nos momentos bons e nos ruins.

Atualmente, os Farrapos possuem cerca de 100 integrantes. Na torcida, faixas e "trapos" estampados com as frases "Somos poucos, mas somos loucos" e "Mil razões para te amar, nenhuma para te abandonar" chamam atenção de jogadores, torcedores e visitantes. Segundo Carlos Eduardo, integrante da torcida, essa frase serve como um sinal de resistência, justamente por não serem os maiores de Porto Alegre.

"Sempre estamos dispostos a apoiar este clube, independente da nossa situação financeira e da divisão que o São José jogar. Acompanhamos até os jogos da base, nos entregando às cores, levamos o time a voos maiores", diz Eduardo.

Além da arquibancada, o grupo costuma realizar ações sociais, principalmente no entorno do Passo D'areia. Segundo os torcedores, são ao menos quatro no ano: na Páscoa, no Inverno, no Dia das Crianças e no Natal.

HISTÓRIAS CURIOSAS

A primeira grande aventura do São José foi em junho de 1927, quando a equipe embarcou em um hidroavião com destino à Pelotas, no sul do estado. Com essa viagem, tornou-se o primeiro time do mundo a viajar de avião - feito reconhecido pela Fifa em 1992.

No final da década de 1990, o Zeca resolveu contratar o renomado centroavante Antônio Rodrigues Filho, o Careca. Jogador que disputou duas Copas do Mundo pela seleção brasileira e fez dupla histórica com Diego Armando Maradona no Napoli, da Itália. Colega esse que Careca até tentou convidar para jogar no Passo D'areia em um jogo festivo, mas o argentino recusou.

"O mundo queria saber quem era o São José. Recebemos telefonemas de vários países da Europa", conta o atual presidente do clube.

O Zeca se mantém na série A do Gauchão desde 2000. Assim, é o clube que mais tempo está na primeira divisão desse campeonato, atrás apenas de Grêmio, Inter e Juventude, que nunca foram rebaixados.

AS AÇÕES DA DUPLA GRENAL QUE MUDAM PORTO ALEGRE E O MUNDO

Grêmio e Inter mantêm programas sociais e levantam bandeiras contra o preconceito e pela diversidade.

Por Leonardo Bender

Quando se fala sobre a capital dos gaúchos, é comum a conversa logo chegar ao futebol, mais especificamente ao Grêmio e ao Internacional, às suas conquistas e à situação de ambos nos campeonatos que disputam. No entanto, a relação dos dois clubes e de suas torcidas com Porto Alegre vai muito além das quatro linhas. Com projetos sociais, a dupla e seus torcedores contribuem com o desenvolvimento do município.

"Quando olhamos para a sociedade, a rivalidade fica totalmente à parte", diz o diretor Consular do Inter, Marcos Paulo.

Diferentemente das principais cidades gaúchas e brasileiras, Porto Alegre não possui consulados gremistas, pois o regulamento do clube não permite. Já o Inter tem 17 consulados distribuídos pela cidade. Grêmio e Inter possuem cada um cerca de mil consulados no mundo. Os consulados são as representações dos clubes em determinada cidade ou região. Sua finalidade é proporcionar ações sociais promovendo o nome do clube.

Em 2021, a dupla grenal, com ajuda da prefeitura, se uniu para contribuir com a sociedade porto-alegrense. O ginásio Gigantinho, do Inter, recebeu cerca de cem moradores de rua, oferecendo café da manhã, almoço e janta, por cinco dias, durante a frente fria que fez despencar as temperaturas no Rio Grande do Sul. De acordo com Eroni Abella, diretora do Departamento Consular Feminino do Grêmio, a instituição conseguiu arrecadar mais de seis toneladas.

"Nessas horas não existe nenhuma rivalidade, isso fica apenas dentro de campo", disse Eroni.

No final de setembro, a dupla se uniu novamente, dessa vez para o Grenal da Vacina. A ação levou dezenas de pessoas à Arena do Grêmio e ao Beira-Rio, para a imunização contra a covid-19. Além de receber as doses, o público pôde se aproximar do gramado e tirar fotos com troféus dos clubes.

"Sempre que é necessário fazer alguma grande mobilização





Foto: Divulgação/Tribuna 77; Divulgação/Facebook Inter Antifascista.

social, a prefeitura pede o apoio da dupla, e essa parceria vai aumentando ao longo dos anos", conta o Secretário de Desenvolvimento Social de Porto Alegre, Léo Voigt.

Apesar de valorizar as ações, Voigt defende que os clubes deveriam, primeiramente, expandir as atividades na área desportiva, que é a especialidade da dupla.

"Quem deve se preocupar com a agenda social, principalmente, são as mais de 480 entidades no município que são vocacionadas a isso. O serviço desportivo é de grande importância social, se todos os jovens tivessem acesso ao esporte, as condições de inclusão seriam melhores e a juventude estaria mais protegida", destaca Voigt.

AS TORCIDAS E SUAS BANDEIRAS

Parte das torcidas de Inter e Grêmio cobram ações e posicionamentos dos dois clubes, além de defenderem pautas sociais. Cada clube possui grupos de torcedores que levam o nome de Inter e Grêmio em ações sociais, mas não possuem nenhum vínculo com os times, a não ser, é lógico, o de torcedor.

Pelo lado tricolor, há grupos como a Tribuna 77 e o Grêmio Antifascista, que costumam fazer ações no entorno da Arena do Grêmio, principalmente em datas especias, como o Dia das Mães, a Páscoa, o Dia das Crianças e o Natal. O mesmo vale para grupos de torcedores colorados, como os Discípulos de Rao, que, com frequência, realizam ações na Vila Farrapos, onde está localizada a sua sede. No último dia 12 de outubro, os Discípulos de Rao realizaram, em sua sede, uma distribuição de hambúrgueres para crianças da região.

"Pensamos em quantas crianças que só passam na frente do McDonald's, do Burger King e de outras redes sem poder comer. Então, a gente levou essa sensação para elas", relatou Anderson Valença, líder do movimento.

Por lá, foram atendidas crianças de todas as idades, inclusive os que não são colorados. Em legenda de foto postada no Instagram, escreveram: "não há distinção; criança é criança".

Na mesma semana, a Tribuna 77 fez uma festa para crianças nos arredores da Arena do Grêmio, com distribuição de brinquedos, lanches e refrigerantes. Além disso, forneceram cestas básicas para famílias da região.

PASSADO, PRESENTE E FUTURO

O Inter possui, historicamente, a alcunha de "Clube do Povo". Não à toa, o último verso do seu hino, composto por Nelson Silva, em 1957, diz: "Vibra o Brasil inteiro com o clube do povo do Rio Grande do Sul". O líder dos Discípulos de Rao, contudo, acredita que o clube poderia estar mais próximo do povo.

"Hoje, minimamente, o clube faz jus ao seu slogan. Acho que a instituição se tornou mais elitista, esqueceu um pouco do povão", afirma Valença.

Reforçando a sua alcunha, em 1969 o Colorado abriu um setor em seu estádio chamado de coreia, onde o público assistia de pé aos jogos. O intuito era fazer com que pessoas de classes mais humildes conseguissem presenciar os jogos do clube de coração por valores quase simbólicos. Quando o setor foi extinto, em 2004, o ingresso custava menos de R$ 5.

Para reforçar o repúdio a qualquer tipo de preconceito, no Dia Nacional do Orgulho LGBTQIA+ de 2021, o Colorado fez duas ações: a primeira foi incluir no contrato de trabalho de todos os funcionários, o que inclui os jogadores, a cláusula contra o preconceito, prevendo demissão caso alguém a descumpra. A segunda é a criação do Comitê Interno de Diversidade e Inclusão, comandado por Janice Cardoso, conselheira e diretora Feminina e de Inclusão.

"Colocar esta cláusula no contrato foi uma conquista, mas também é o mínimo de coerência de tudo que a gente trabalha como Clube do Povo, inclusivo e intolerante a qualquer tipo de discriminação. Até o momento, não precisamos tomar nenhu-

ma medida drástica", disse Janice.

A ideia é engajar os funcionários com palestras sobre o racismo, o machismo, o capacitismo, a homofobia, o assédio. Um dos maiores objetivos é implementar um banco de talentos com as minorias, ampliando as suas participações no clube.

Em novembro, o Internacional, pensando na saúde e segurança da mulher, inaugurou um canal de denúncias para violência de gênero. Esse canal está disponível nas redes sociais do clube e em seu site. O denunciante pode ser a vítima ou não, e deve informar o seu nome, endereço e, de preferência, dois números para contato. Além disso, qualquer pessoa que estiver no Beira-Rio e sofrer algum tipo de discriminação ou assédio poderá acessar o canal.

"Toda a denúncia chegará em um número de Whatsapp e encaminharemos para a segurança do estádio ou para a Polícia Civil", explicou Janice.

Do lado azul, a movimentação nas arquibancadas partiu dos próprios torcedores. Em 1977, em plena ditadura militar, o torcedor Volmar Santos criou a "Coligay", primeira torcida organizada gay do Brasil. Em um ambiente homofóbico, eles resolveram encarar tudo e todos, buscando a inclusão e, acima de tudo, dar um apoio maior ao clube do coração. A intenção era que a torcida gremista fosse ainda mais animada nas arquibancadas do Olímpico e mantivesse o apoio independente do que estivesse ocorrendo em campo.

Torcida Organizada Coligay. Foto: Wikimedia Commons.

Uma vez, Telê Santana, um dos treinadores mais folclóricos do futebol brasileiro e então técnico do Grêmio, disse: "Eles têm direito de assistir ao jogo como qualquer outra pessoa. Qualquer iniciativa para incentivar o Grêmio deve ser bem aceita". Fiéis, os integrantes passaram a acompanhar o tricolor em todas as partidas, não só no Olímpico, mas também no interior do Estado, e viraram amuletos de sorte para o time, que voltou a ser campeão no mesmo ano. Daí, inclusive, surgiu o nome da já citada Tribuna 77.

Com a alcunha de "Clube de Todos", por considerar ter grande pluralidade em sua torcida, o Grêmio, hoje em dia, costuma promover ações, reuniões e debates sobre pautas sociais, principalmente o racismo, sejam elas internamente ou abertas ao público.

Em transmissão ao vivo pelo canal da Grêmio TV YouTube, cujo título era "O papel do futebol na luta antirracista", na Semana da Consciência Negra, em 2020, o jornalista gremista Léo Gerchmann mediava a conversa e disse:

"Essas ações não são para bonito, do marketing, e sim para realmente ajudar a combater o racismo. Não à toa que o Grêmio possui uma estrela na bandeira em homenagem a um jogador negro, o Everaldo, não à toa quem compôs o hino gremista foi um negro, o gande Lupicínio Rodrigues", disse o autor dos livros "Somos azuis, pretos e brancos" e "Coligay - tricolor de todas as cores".

Em janeiro do mesmo ano, antes da pandemia, logo no primeiro jogo da temporada, o tricolor gaúcho espalhou cartazes por diversos lugares da Arena, com a frase "Igualdade sempre, preconceito nunca". A sinalização foi mantida durante as competições, mesmo com o público não podendo comparecer no estádio por um ano e meio. Além dos cartazes, vídeos contra o racismo foram exibidos no telão do estádio. Em junho do mesmo ano, o Grêmio aderiu a campanha "#PoderiaSerEu", que visa conscientizar a sociedade brasileira sobre o genocídio da população negra.

Confira alguns dos projetos sociais da dupla grenal!

DESEJO AZUL

Formado por conselheiros do time, o Instituto Desejo Azul tem como inspiração o projeto Make-A-Wish, ONG norte-americana que está presente em diversos países e se dispõe a realizar sonhos de crianças que convivem com doenças graves. O projeto tricolor tem o mesmo objetivo, sempre envolvendo o Grêmio. Antes da pandemia, era muito mais comum que houvesse o encontro dos jogadores com as crianças, que ganhavam camisas autografadas e outros presentes. Fundado e presidido por Eduardo Caminha, o instituto já realizou quase duas mil ações solidárias, em seus mais de nove anos de história.

INSTITUTO GERAÇÃO TRICOLOR

O Instituto Geração Tricolor (IGT), fundado em 2010, é uma associação sem fins lucrativos cuja finalidade é atender crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos em situação de vulnerabilidade social. Como no Interagir, o atendimento acontece no turno inverso à escola, de segunda a sexta, visando tirar as crianças das ruas. Elas são divididas em grupos etários com atendimento realizado por estudantes de nível superior de Educação Física, Pedagogia, Psicologia e Serviço Social, além de voluntários e oficineiros. São desenvolvidas atividades socioeducativas que buscam a socialização e o exercício da cidadania. O Instituto oferece ainda aulas de remo e oficinas de alfabetização. Cerca de 50 crianças são atendidas.

INTERABILITA

Projeto colorado que atende crianças e adolescentes com disfunções sensório-motoras em vulnerabilidade social e que não possuem condições de pagar por exames, consultas e fisioterapia. O Interabilita oferece gratuitamente: avaliação física e funcional, fisioterapia, orientação ao cuidador e assistência social à família. Além disso, assim como o Desejo Azul, o clube costuma proporcionar o encontro das crianças com os jogadores e, também, levá-las ao estádio.

INTERAGIR

O Projeto Interagir, que ocorre no Gigantinho, ginásio ao lado do Beira-Rio, é um serviço que atende crianças e adolescentes no turno inverso ao escolar, na faixa etária de 6 a 14 anos. Por lá, são oferecidas algumas atividades, como artes, artes marciais, futsal, vôlei, informática e percussão. Segundo Janice Cardoso, ex-coordenadora do projeto, antes da pandemia eram atendidas cerca de 150 crianças.

OS CAMINHOS PARA REDUZIR O ÍNDICE DE SUICÍDIO EM PORTO ALEGRE

Em quatro anos, pelo menos 413 mortes autoprovocadas foram registradas na capital.

Por João Paulo Gonçalves Borges

A cada ano que passa, mais pessoas no mundo morrem como resultado de suicídio do que de câncer de mama ou HIV. Essa é a estimativa da Organização Mundial da Saúde (OMS) publicada no relatório "Suicide worldwide in 2019". Só em Porto Alegre, de acordo com a prefeitura, foram notificados nos últimos quatros anos, com números parciais de 2021, 413 casos, sendo 89 deles em 2021.

Em 2019, o Rio Grande do Sul foi o estado brasileiro com maior taxa de mortalidade por suicídio: 11,8 para cada 100 mil habitantes, contra uma taxa de 6,6 no País, conforme o boletim epidemiológico mais recente do Ministério da Saúde sobre o assunto.

Na capital, a prefeitura intensifica seu combate a esses índices durante a campanha do Setembro Amarelo, mas dispõe de serviços voltados a pessoas que tentam ou têm ideação suicida durante todo o ano. O atendimento está concentrado no Pronto-Atendimento Cruzeiro do Sul, na Vila Cruzeiro, e no Plantão de Emergência em Saúde Mental IAPI, na Vila IAPI.

Além do atendimento nas unidades da saúde, a população também pode contar com o Centro de Valorização da Vida (CVV), que presta um serviço de apoio emocional e prevenção ao suicídio de forma voluntária e gratuita. A filosofia da entidade é a de que "falar é o melhor caminho para se lidar com o problema e poder combatê-lo".

O CVV atende pelo telefone 188 (24 horas e sem custo de ligação), por chat, disponível no site da entidade, e também por e-mail. A rede conta com mais de 120 postos de atendimento no Brasil e recebe diariamente cerca de 10 mil ligações. Em Porto Alegre, a equipe atende cerca de 500 desses telefonemas. Na capital, a entidade completou 50 anos de atendimento ininterrupto em 2021.

Voluntária desde 2013 e porta-voz do CVV Porto Alegre, Liziane Eberle, de 53 anos, destaca a importância de todos estarem atentos aos sinais apresentados por quem está por perto.

"No momento em que se percebe um colega, amigo ou familiar que está diferente, que mudou seu comportamento de forma repentina ou que carrega há vários dias uma tristeza, é importante se colocar à disposição para ouvir a pessoa que está em sofrimento e dar toda atenção para ela. Não se deve diminuir o problema da pessoa, e sim ouvir a dor dela", orienta Liziane.

De acordo com a porta-voz do CVV Porto Alegre, em casos em que se perceba que o sofrimento daquela pessoa não é momentâneo, mas sim algo com mais profundidade, é fundamental perguntar se a pessoa teve ou tem pensamentos suicidas. Segundo Liziane, essa pergunta é cercada de tabus, mas, na verdade, não tem o poder de "plantar" a ideia do ato nos pensamentos da pessoa em vulnerabilidade emocional.

"Na verdade, perguntar sobre pensamentos suicidas vai deixar a pessoa à vontade para falar sobre. Assim, a gente vai perceber como a pessoa está e, se ela disser que pensa ou pensou sobre, é necessário prestar uma outra forma de ajuda", pontua a voluntária.

Nessas circunstâncias, o ouvinte deve perguntar para a pessoa se há alguém em quem

PROJETO UNE TURISMO E ENCENAÇÕES EM PORTO ALEGRE

Viva+POA explora lendas urbanas, curiosidades e a história da cidade em passeios por diferentes pontos da capital

Por Mateus Luz

Foi visando difundir as atrações turísticas existentes em Porto Alegre que os amigos e guias de turismo Evandro Costa, 27 anos, e Tamara Dias, 35, criaram o projeto Viva+POA. A iniciativa convida turistas e moradores da capital a assumirem um papel ativo durante a visitação a pontos turísticos, propondo jogos e passeios de bicicleta para explorar lendas urbanas, curiosidades e a história de cada bairro.

Nascido em outubro de 2020, o projeto foi criado como forma de mudar uma realidade que incomodava os sócios: parte dos turistas passa por Porto Alegre, mas não fica na cidade.

"Queríamos que as pessoas enxergassem a cidade de forma diferente", relata Tamara.

O Viva+POA iniciou como um passeio turístico à pé por pontos da cidade que são cenário de lendas urbanas conhecidas pelos porto-alegrenses. O passeio, batizado de Viva+Mistério, envolve um percurso de dois quilômetros pelo Centro Histórico, passando pela antiga Rua do Arvoredo, hoje chamada Fernando Machado. O local foi palco de assassinatos praticados por um casal, tendo um açougueiro como cúmplice. Diz a lenda que a carne das vítimas era usada para fazer linguiças. O roteiro também inclui o Castelinho do Alto da Bronze, onde uma mulher viveu praticamente encarcerada pelo amante, além de outros locais no bairro.

"Tem uma coisa mais teatral, um ponto de vista diferente até mesmo das histórias. Em determinado momento, o José Ramos, que era o assassino da Rua do Arvoredo, aparece para contar sua versão da história", comenta Evandro.

OS ROTEIROS

Além do Viva+Mistério, é oferecido um tour de bicicleta pela Orla do Guaíba, passando pela Usina do Gasômetro e pelo Parque Marinha do Brasil. Tem também o Viva+Parques, no qual o turista é levado até o Parque da Redenção e participa de um jogo em que ele descobre curiosidades sobre o local. Outro roteiro é o Viva+4° Distrito, com histórias sobre o desenvolvimento industrial da cidade, passando por uma fábrica de cerveja abandonada. Os valores variam de R$ 35 até R$ 85.

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo foi procurada pela reportagem para falar sobre o turismo na Capital, mas, até o fechamento desta edição, não houve retorno.



Programa Viva+Bike oferece tour pela Orla do Guaíba, Usina do Gasômetro e Parque Marinha do Brasil. Foto: Divulgação/Viva+POA

O IMPACTO DA PANDEMIA NAS PESQUISAS SOBRE EDUCAÇÃO

Pandemia e cortes de verbas revelam dificuldades enfrentadas pelos pesquisadores para manter seus projetos.

Por Gabriela Rodrigues, Júlia Barth e Nayara Souza

A pandemia da covid-19 tem causado transtornos em todos os setores da educação. Porém, uma das áreas mais afetadas é a de pesquisas acadêmicas. Além de lidar com a falta de verbas no Ensino Superior, os pesquisadores também viram suas investigações acadêmicas paralisadas devido às medidas restritivas. Em um período de incertezas, os acadêmicos precisam se adaptar para não perderem seus estudos.

A mestre em Educação e professora de Sociologia no Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) Katiuci Pavei relata como a pandemia afetou negativamente seu projeto de pesquisa, ao ponto de ela precisar trocar o foco inicial do estudo.

"Como eu precisava fazer entrevistas nos colégios, eu tive que dar um passo para trás e focar meu trabalho em uma análise documental", comenta a pesquisadora, que viu o tempo inicial de dois anos de observação se estender devido à situação.

A pesquisa de Pavei, Educação de Jovens e Adultos nos Colégios de Aplicação Federais Brasileiros, buscava conhecer as propostas curriculares, pedagógicas e de infraestrutura das instituições de ensino que ofertam a modalidade de Educação para Jovens e Adultos (EJA). Os Colégios de Aplicação são mantidos por universidades federais com Ensino Fundamental e/ou Médio. Ao todo existem 17 no Brasil, mas apenas cinco oferecem o EJA.

A pesquisadora conta que é de praxe do pesquisador entender como se encontra o cenário de sua pesquisa e, para a sua surpresa, existem poucos estudos sobre EJA no Brasil.

"Eu percebi que era um campo que não tinha publicação tanto em nível de pós-graduação como artigos, eventos. Então há necessidade, porque a Educação de Jovens e Adultos infelizmente no Brasil é algo ainda que não fica no centro de políticas educacionais", explica Pavel.

Por isso, a importância de uma pesquisa que trate dessa população. Contudo, com a pandemia da Covid-19, o contato com os alunos e com os colégios de fora do Estado precisou ser adiado, colocando em xeque a pesquisa de Pavel.

Já para a professora do Instituto de Matemática e Estatística e docente do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Matemática da UFRGS Elisabete Burigo, foi necessário inverter etapas de sua pesquisa para não ficar com o projeto parado durante a covid-19.

A pesquisa de Burigo, chamada "Estudar Para Ensinar: Práticas e Saberes Matemáticos nas Escolas Normais do Rio Grande do Sul", buscou investigar como era a formação dos professores primários para ensinar Matemática até 1971, quando mudou a legislação das escolas. O projeto, que iniciou em 2017, estava previsto para terminar em abril de 2020, mas foi prorrogado por mais um ano devido à pandemia.

Para a pesquisadora, a execução do projeto teve o tempo ao seu favor, visto que foi possível visitar algumas vezes as três escolas participantes, uma em Ivoti, outra em Pelotas e a terceira em Porto Alegre. Mas foi no Instituto General Flores da Cunha, da capital, que mais de 3,5 mil itens que contam a história do ensino de Matemática foram encontrados e arquivados.

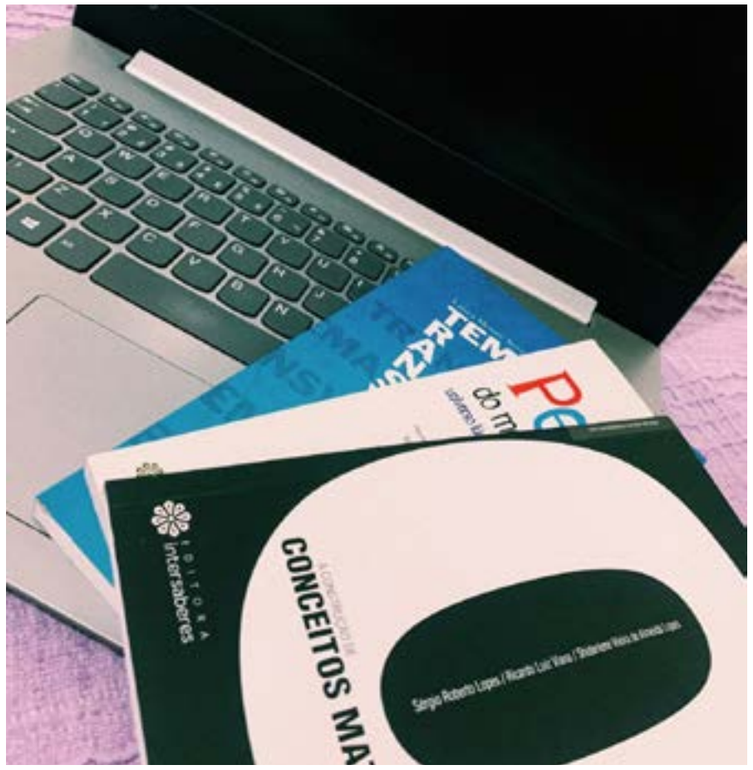
A maior dificuldade foi na digitalização dos processos, visto que, com o Centro de Documentação e Acervo Digital da Pesquisa da universidade fechado, os pesquisadores tiveram de achar outros meios.

"Ficamos um ano com esse processo parado, porque fazíamos nesse Centro, então, quando fechou, tivemos de nos dedicar à etapa de dados", comenta Burigo.

Consequentemente, os bolsistas tiveram de voltar à digitalização. O processo mudou de lugar e foi realizado na casa das pessoas, com aparelhos menos sofisticados, mas que serviram para o propósito. Como conta a pesquisadora, foi preciso usar o que se tinha para dar andamento ao projeto:

"Então cada um com um escaner, um aparelho não tão potente, mas o suficiente para fazer uma digitalização na qualidade necessária", diz Burigo.

A pesquisadora Elisabete Burigo conta que o repasse de verba para o projeto não chegou a ser diminuído, mas, como a pesquisa se estendeu por mais sete meses, foi solicitada a programação dos recursos até dezembro de 2020. Porém, o pedido foi negado.



Pesquisadores relatam dificuldades para finalizar pesquisas na pandemia. Foto: Gabriela Rodrigues.

"Como essas bolsas foram encerradas, tivemos esse prejuízo com o material e equipamentos", relata a professora.

Já no caso da pesquisadora Katiuci Pavei, o repasse de verba para a pesquisa não foi solicitado e todo o financiamento para a execução do projeto saiu de seu próprio bolso. Ainda assim, a pesquisadora diz ter vontade de retomar seu projeto inicial e ir além da análise documental, visto que, com a pandemia, sua pesquisa de campo foi deixada de lado.

Ambas as pesquisadoras assinalam as dificuldades de manter uma pesquisa em andamento durante a pandemia. Para Burigo, os resultados finais foram parcialmente afetados, mas foi possível lançar uma coleção digital e um livro com base na pesquisa, sobre os saberes matemáticos. Já Pavei comenta:

"Não consegui alcançar os objetivos porque precisava do contato, da troca e da fala das pessoas e da observação."

Em nota, o vice-pró-reitor de Pesquisa da UFRGS, professor Jefferson Cardia Simões,

informou que os projetos de pesquisa que exigem trabalhos de campo ou laboratorial foram prejudicados pelo contexto pandêmico. Todavia, salientou que existem alguns dados que apontam que a análise de dados e a reflexão sobre resultados aumentaram durante a pandemia, proporcionando uma maior produção intelectual.

DIFICULDADES

Nesse meio do caminho, projetos de pesquisa foram afetados pela pandemia, sendo totalmente paralisados ou modificados. A pesquisadora Katiuci Pavei relata que teve que mudar e reenviar a proposta para a Comissão de Pesquisa, explicando o motivo da alteração:

"Devido à pandemia eu não conseguia mais ir aos locais fazer a observação participante, as entrevistas in loco e também não estava recebendo retorno dos colégio", conta Pavei.

A pesquisadora complementa que as escolas não estavam conseguindo nem responder aos e-mails enviados, pois estavam focadas nas mudanças emergenciais para poder atender os alunos. Nesse sentido, Pavei teve que refazer a metodologia de seu trabalho e deixar de lado a observação participante. Logo, o projeto se transformou em uma pesquisa de apenas análise, completamente diferente de sua proposta inicial.

No caso da pesquisadora Elisabete Burigo, a pandemia afetou a realização de um seminário que iria acontecer em abril de 2020. As passagens já estavam compradas e o seminário teve que ser cancelado. A retomada só foi possível devido à atual situação da pandemia.

"Com a vacinação percebemos que as coisas iam melhorar e como havíamos ganhado tempo fazendo outras parte do trabalho, vimos que poderíamos voltar", diz Burigo.

Atualmente, com o afrouxamento das medidas sanitárias da covid-19, esses projetos começam a ser retomados e, finalmente, os pesquisadores estão conseguindo finalizar suas pesquisas na área da educação. No entanto, o incentivo financeiro aos projetos vem sofrendo grandes déficits ao longo dos anos, o que ainda é um desafio.

OS CORTES NA EDUCAÇÃO

No Brasil, a área da educação tem sofrido com cortes ao longo dos anos, mas, com a pandemia da covid-19, a situação se agravou ainda mais. Em 2021, o Ministério da Educação (MEC) destinou R$ 4,5 bilhões para as 69 instituições do governo federal gastarem com suas despesas, um repasse 18,4% menor que em 2020. Segundo a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), é o menor valor nominal em 10 anos.

As universidades relatam que o valor, que deveria pagar as despesas essenciais para o funcionamento de serviços públicos e as bolsas científicas, mal paga as contas básicas, como água e luz.

“NÃO VEJO COMO NÃO DEFENDER CAUSAS NUM PAÍS COMO O BRASIL”

A jornalista e pesquisadora Fabiana Moraes defende um jornalismo engajado e critica o “manto” da objetividade.

Por Brendha San Martins

Colunista do portal **The Intercept Brasil**, Fabiana Moraes acredita em um jornalismo que defenda causas, sem perder a objetividade e a ética. A jornalista, que também é professora e pesquisadora da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), doutora em Sociologia e ganhadora do Prêmio Esso, concedeu entrevista ao Unipautas por telefone.

O que você leva em consideração para decidir se um fato deve ou não se transformar em notícia?

Existem diferentes perspectivas desses fatos. Existe o fato que atravessa nosso cotidiano, como um acidente de avião ou o rompimento de uma barragem como Mariana. Existem os fatos que são coletivas de imprensa para anunciar isso ou aquilo. Existem fatos como o corte de 90% das bolsas de pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), que de certa maneira se impõem e são carregados de valor-notícia, porque impactam muitas pessoas. Há outros fatos que só se apresentam como tal uma vez que nós, repórteres, conseguimos percebê-los naturalizados no cotidiano, como aspectos do racismo, por exemplo. A partir desse olhar que desnaturaliza, acabamos por transformar algo em fato. Não podemos tomar como certa a ideia de que existe “o fato”, sabe? Como se fossem uma grande verdade, que está sempre posta à nossa frente. Muitas vezes as coisas não estão. O fato vai precisar que você tenha um olhar mais afiado ao que está ocorrendo ao seu redor, para que essa visão, a partir de algum esquadrinhamento, análises, percepções e pesquisas, identifique um interesse noticioso/jornalístico que transforme o fato em reportagem. Podemos pensar aspectos do feminicídio como tema e dentro dele você pensar pautas específicas, a partir de tomadas de decisão e de olhares que estão carregados de subjetividade.

Que características uma boa pauta para uma reportagem deve ter?

Estou escrevendo agora um livro sobre pauta, que lançarei em 2022. Uma boa pauta para uma reportagem deve trazer uma questão naturalizada. Estou falando aqui sobre um tipo de reportagem, que aborda aspectos sociais, que eu tenho feito ao longo de minha carreira. Óbvio que existem vários outros tipos. Tem um ensaísta, Georges Perec, em seu texto chamado “Infraordinário”, que diz que “muitas vezes as coisas só ganham capa e manchetes quando acontece uma tragédia”. O trem só vira notícia quando sai dos trilhos, a mina só se transforma em notícia quando explode. O que acontece nos outros dias, quando esse trem está nos trilhos e quando essa mina está funcionando? É uma boa provocação. Uma boa reportagem pode estar dentro da sua casa, pode ser a história de sua avó, do porteiro do seu prédio. Essa história, mesmo parecendo ser micro, vai trazer um aspecto também coletivo. Para que um fato naturalizado e adormecido ganhe o status de reportagem, ele precisa responder a mais pessoas para além daquela que você está trazendo. Falo isso pensando em O nascimento de Joicy, uma reportagem feita por mim a partir da cirurgia que Joicy faz. Nessa reportagem estou falando sobre muita gente, que tipo de ideia de mulheres está construída em nós, como o sistema de saúde avança e retrocede no caso de pessoas transsexuais. Joicy um bom exemplo, pois não havia nenhuma novidade de que as pessoas faziam aquela cirurgia pelo SUS, mas, ao mesmo tempo, tinha ali várias histórias que contavam muito sobre o Brasil.

Que critérios você utiliza para escolher suas fontes?

Como pesquisadora e professora, acho que um critério que deve ser adotado é olhar quem historicamente, em termos de pessoas, instituições, regiões, gêneros e cores nós visibilizamos, procuramos para ouvir e fazer disso um ponto de crítica e um ponto de partida. É extremamente democrático, necessário e rico que essas pessoas que não foram escutadas estejam no debate, sejam trazidas. Não é uma questão identitária, e sim social. Esse critério não é apolítico e nem vai lhe dar uma certa objetividade. Pelo contrário. Ele perpassa por outros critérios clássicos: o saber, a vivência e a experiência sobre aquilo que estamos procurando. Estou falando aqui de fontes de pessoas que escuto, mas estou pensando também em outras, como bibliográficas e acadêmicas. Outra questão é entendermos que essa relação com as fontes, no caso do campo mais institucional ou do poder, são relações tensas, e precisamos sempre ter um olhar atento, pois, muitas vezes, você está sendo instrumentalizado.

Que critérios você utiliza para escolher suas fontes?

Não só acredito como existem várias pesquisas sobre isso. Basta falarmos sobre a Vaza Jato, um exemplo recente e muito pedagógico, e ver como o jornalismo se comportou, inclusive pensando no que o jornalismo chama como ativismo e o que ele fez nesse episódio. Ativistas são sempre os outros, que são contaminados por suas emoções, mas não se entendeu, por exemplo, o vazamento do áudio da presidente Dilma como um ato ativista do Jornal Nacional.

Você já publicou alguma reportagem que causou impacto na sociedade?

Sinteticamente, sim. Mas é preciso ter cuidado em relação a essa questão, porque esses impactos nem sempre são mensuráveis e acho que isso traduz ou reproduz valores muito masculinistas. É óbvio, em casos como o da Vaza Jato, por exemplo, que o impacto é positivo, no sentido de desvendar e esclarecer muito bem o que estava acontecendo. Ao mesmo tempo, posso falar de uma repórter muito conhecida, Eliane Brum. Como se mede o impacto do que ela escreve? Eu já escrevi reportagens que depois o secretário de Segurança Pública foi exonerado e isso é mensurável. Mas já escrevi reportagens como O nascimento de Joicy. Como se mede o impacto disso? Temos que ter cuidado ao que chamamos de impacto e como está se traduzindo isso. Recomendo a leitura de um livro muito bom da Marcia Veiga: Masculino, o gênero do Jornalismo.

Um jornalista profissional pode defender uma causa realizando seu trabalho?

Pode, e acho difícil não defender algumas causas, vivendo em um dos países de maior desigualdade social do planeta. São questões, para mim, muito caras. Eu poderia ser uma jornalista hiper liberal e achar que problemas sociais são problemas importantes, mas que podem ser respondidos com Estado mínimo, com mercado dando conta de populações desempregadas. E diria que essa é uma causa grande de muitos jornalistas brasileiros, só que ela é escondida por uma tal objetividade. Acho que, sim, pode-se defender causas, e reitero que não vejo como não defender causas num país como o Brasil.

MULHERES NA POLÍTICA: A LUTA ENTRE O AVANÇO NA LEGISLAÇÃO E A RESISTÊNCIA

Regramento determina que mulheres devem representar ao menos 30% das candidaturas e do dinheiro de campanha.

Por Vanessa Ferraz

Poder votar e ser votado, participar de partidos políticos e fazer parte de governos são algumas garantias que compõem os direitos políticos de um cidadão. Há 87 anos, as mulheres garantiram esses direitos na Constituição de 1934. No entanto, se votar é um ato simples, se candidatar é bem mais complexo. Para que esse direito político se torne realidade, as mulheres precisam estar inseridas nos centros de poder. Por isso, há 24 anos a legislação nacional vem sofrendo mudanças, a fim de garantir a representação feminina.

A lei das eleições (9504/1997) estabeleceu que os partidos políticos deveriam reservar 30% das suas candidaturas para as mulheres. A simples reserva, sem obrigatoriedade, não gerou o resultado previsto. Então, 12 anos depois, houve uma alteração, com a lei 12.034/2009, que determinou que a proporção de candidaturas deveria ser obrigatoriamente de no mínimo 30% para cada gênero. Como as candidaturas femininas estão sempre em



"Depois de sete candidaturas e cinco eleições, em 2018 foi a primeira vez que recebi fundo eleitoral", conta a deputada. Foto: Sofia Cavedon/Arquivo Pessoal.



"Atribuo a falta de participação das mulheres porque elas desconhecem o que é a política", reflete a deputada. Fonte: Patricia Alba/Arquivo Pessoal.

menor número, essa lei é conhecida popularmente como a que destina cotas de 30% de reserva de vagas para as mulheres.

Em 2019, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) entendeu que mesmo a obrigatoriedade não era suficiente se não houvesse também o repasse de dinheiro para o financiamento dessas candidaturas. Então, na resolução 23.609/2019, os partidos ficaram obrigados a dividir os recursos de campanha de acordo com o percentual de candidatas. Além disso, o TSE estipulou que o tempo de propaganda eleitoral obrigatória deveria respeitar a mesma proporção de candidatas.

O pleito de 2020 para prefeitos e vereadores apresentou um pequeno avanço na representatividade, um possível efeito da mudança na legislação. Porto Alegre hoje tem a maior representação feminina na Câmara Municipal entre as capitais, com 30,5% do quórum, representado por 11 vereadoras dos 36 eleitos. O percentual representa aumento considerável em relação às eleições de 2016, quando quatro mulheres foram eleitas.

Já entre as 497 prefeituras do Rio Grande do Sul, foram 37 prefeitas eleitas no primeiro turno. Em 2016, foram 24. Em nível nacional, em 2020, foram 11,8% de mulheres eleitas prefeitas - 658 eleitas entre os 5.570 municípios brasileiros. Em 2016, 11,6% dos municípios brasileiros tiveram prefeitas eleitas.

CANDIDATURAS FEMININAS NA MIRA DOS PARTIDOS

A obrigatoriedade vinda da legislação eleitoral, tanto de reserva de vagas como de recursos para as candidatas mulheres, se apresenta como um desafio para as siglas para as eleições de 2022. Quanto maior for a legenda, maior será

maior será o número de vagas que terão de ser ocupadas por elas.

Entre os seis partidos com maior representação na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, quatro têm deputadas: MDB, PT, PTB e PSDB. Os outros dois partidos com maior quantidade de deputados, o PP e o PSL, só têm homens.

O MDB ocupa oito cadeiras no legislativo do Estado. Em 2018, eram todos homens, até que o então deputado estadual Sebastião Melo ganhou a disputa pela prefeitura de Porto Alegre, em 2020. Com isso, a sua vaga foi ocupada pela suplente, Patrícia Alba, que é presidente do MDB Mulher RS e vice-presidente do segmento em nível nacional.

"Realizamos muitos encontros através do Conexão Mulher MDBista, de forma online, e ali a gente se conhece, questiona, e se apoia no que é preciso", relata Patrícia.

Em novembro de 2021, um encontro presencial em Canoas marcou o início dos esforços voltados para as próximas eleições.

"No último pleito tivemos um avanço de 20% no número de vereadoras eleitas no Rio Grande do Sul, mas isso é algo que construímos passo a passo porque a política ainda é muito masculina", expõe Patrícia.

Outro ocupante de oito cadeiras no legislativo gaúcho é o PT e sua representante feminina é a deputada Sofia Cavedon. A parlamentar relata que motivar as vozes femininas dentro de uma legenda passa por várias ações:

"O PT foi o primeiro partido que adotou a equidade de gênero em todas as direções", explica Sofia.

A Secretaria Nacional do PT Mulher desenvolve um programa chamado Elas por Elas que promove capacitação, visibilidade, produção de materiais e encontros entre as filiadas. A eleição da nova direção da Secretaria em nível regional reuniu 300 mulheres na primeira semana de novembro.

"Para participar da política é preciso fazer política desde sempre, e, com a ajuda de algumas políticas públicas, a mulher passou a fazer parte dessa construção, apesar de ainda haver muitos freios", explica Cavedon.



A socióloga destaca que além das barreiras para chegar no cargo, as mulheres precisam lutar por espaço dentro do espaço de poder. Foto: Suelen Gonçalves/Arquivo pessoal

Já o PTB soma cinco cadeiras no parlamento e conta com a presença da deputada estadual Kelly Moraes, eleita presidente do PTB Mulher no Estado.

"O nosso desafio é buscar candidaturas. O partido está forte, a nossa meta é ter mais mulheres eleitas no próximo ano", assegura Kelly.

O PSDB conta com quatro cadeiras na Assembleia Legislativa. Uma é ocupada pela deputada Zilá Breitenbach.

Após ter 700 mulheres candidatas a vereadora em 2020 e ver algumas desistirem da política depois da derrota, a deputada assumiu o compromisso de promover encontros a cada 15 ou 20 dias, para continuar estimulando e apoiando as filiadas. A construção das candidaturas é feita no dia a dia partidário, mas também é uma busca pelo espaço da própria mulher, alerta a parlamentar.

"O apoio é não enxergar a mulher só na véspera da eleição. Agora começa a correria, todo mundo atrás de mulher", comenta Zilá.

A FORMAÇÃO HISTÓRICA DA MAIORIA DE HOMENS

A forma como a sociedade brasileira constituiu sua organização e sua cultura espelha as decisões e os comportamentos dos seus cidadãos. Pensando a respeito da sub-representação feminina na política, a socióloga e doutoranda do Grupo de Pesquisa Violência e Cidadania (GPVC) da UFRGS Suelen Gonçalves considera dois pilares sociais que ainda sustentam essa diferença: o primeiro está na desigualdade (entre gênero) do acúmulo de jornadas múltiplas que a mulher desempenha em comparação ao homem. O segundo pilar estaria na concepção ainda preservada do poder de decisão do homem branco, herdada do período escravocrata.

Sendo a maioria da população e do eleitorado, as mulheres enfrentam barreiras visíveis e invisíveis ao ocupar posições de poder, mas também conquistam avanços.

"O financiamento público para essas campanhas resultou na diversidade que vimos em 2020", refere a pesquisadora.

O capital político e econômico é determinante e indispensável na construção do legado tanto das candidaturas como das plataformas eleitorais. Quando esse poder é distribuído, alguns bloqueios são quebrados.

Todavia, o problema não está somente em conquistar a posição no Executivo ou nos parlamentos. Ao longo dos anos, as eleitas enfrentaram situações como a falta de banheiro feminino em algumas casas legislativas, a demora na regulamentação da licença-maternidade e a insegurança.

Suelen conta que era amiga pessoal da vereadora Marielle Franco (vítima de assassinato em 14 de março de 2018) e que acompanhou as ameaças e a falta de ação da Câmara Municipal do Rio de Janeiro em garantir a segurança da parlamentar, em contraste com a resposta que é dada até hoje para vereadores homens que também foram ameaçados em razão da CPI das Milícias.

Uma das funções dos setores dos partidos voltados às mulheres é o apoio às suas candidatas eleitas, nos exercícios dos mandatos. As deputadas relatam que há circunstâncias nas quais as setoriais femininas dos partidos precisam interferir em situações de discriminação e de diferença de oportunidades. Em contrapartida, todas consideram que as legislações têm contribuindo para o aumento da representatividade feminina e que a postura das candidatas têm sido diferente, se mostrando mais empoderadas quando decidem concorrer.



Vegetais frescos. Foto: Tatiane Carvalho.

CAUSA ANIMAL DÁ FORÇA AO VEGETARIANISMO NO BRASIL

A retirada da carne do cardápio é segura, mas exige acompanhamento de nutricionista.

Por Tatiane Carvalho

Os motivos são variados para quem opta por tirar a carne de seu cardápio: o aumento do preço desse alimento, a busca por uma vida mais saudável, o cuidado com o meio ambiente e, mais frequentemente, a preocupação com a causa animal. Apesar do crescimento do vegetarianismo, especialistas apontam que a falta da proteína da carne é um dos maiores dessa forma de alimentação. Parte dos vegetarianos, contudo, parece não se preocupar muito com isso e coloca o amor pelos animais em primeiro lugar.

Segundo a Sociedade Vegetariana Brasileira, 14% da população se declara vegetariana, de acordo com pesquisa do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope) realizada em abril de 2018. Cerca de 30 milhões de brasileiros deixaram de consumir carne, dentre os quais há os veganos, que não consomem qualquer alimento de origem animal (como ovo e leite). A pesquisa indica um crescimento de 75% em relação a 2012.

Em Porto Alegre, consulta da reportagem do UniPautas com 30 restaurantes mostrou que, desses, apenas três não oferecem opção sem carne. Dos 27 que têm pratos vegetarianos, cinco disseram que a inclusão da opção atendeu a pedidos dos clientes. Os dados indicam que há uma mudança na terra do churrasco.

O designer e fotógrafo Válter Brandenburger, de 42 anos, se tornou vegano há três anos por amor aos animais. Insatisfeito com a qualidade dos alimentos industrializados baseados em plantas e os lanches prontos nos restaurantes, o designer pegou gosto pela culinária. Até hoje, não teve nenhum problema de saúde por não consumir carne.

"Pelo contrário. Minhas inflamações crônicas, como sinusite, rinite e colite, têm diminuído", conta o designer.

O vegano monitora suas taxas de cálcio, B12 e ferro e faz uso de suplementos e complexo vitamínico para bater as metas de macro e micronutrientes. Ele considera o monitoramento e a necessidade de suplementos como um sacrifício mínimo se comparado às vidas que seriam tiradas. Pensando em quem abre mão de um churrasco, o designer acredita que cada um tem seu tempo, mas questiona:

"Uma tradição vale sofrimentos e vidas? Há diferença entre a vida de seu animal de estimação que você tanto ama, e de uma ovelha, vaca ou porco, que são abatidos?"



Novos caminhos. Foto: Bruna Athanazio.

COMEÇANDO POR OUTRO MOTIVO

Não é só a causa animal que desencadeia o primeiro passo para o mundo "veg". A psicóloga Bruna Athanazio, de 30 anos, deixou de comer carne vermelha há mais de dez anos por desconfortos relacionados à digestão, como estufamento e prisão de ventre. Vegetariana há dois anos, Bruna diz que a sua transição foi progressiva e se intensificou quando ela passou a pensar mais sobre meio ambiente, hábitos de consumo e exploração humana na indústria da moda e em outros setores.

"Tudo o que a gente faz gera um impacto no nosso planeta e nas pessoas. Depois de assistir a um documentário, entendi que comer carne não afeta somente os animais e o meio ambiente, mas também é uma forma de exploração humana. Os trabalhadores são afetados física e psicologicamente. A partir daquele momento, não era mais sustentável para mim fazer parte disso", relata a psi-

cóloga.

Em busca de uma vida mais saudável, Maria Fernanda de Lima, de 21 anos, parou de comer carne há cinco meses. A maior dificuldade é o convívio com a família, que classifica o vegetarianismo como um modismo e defende o consumo de carne por uma questão religiosa e por questões de nutrição.

"As pessoas se dizem defensoras da vida, mas comem os animais, levantam a bandeira de não jogar canudos no oceano para não matar as tartarugas, mas comem os peixes. A vida deles não importa?", argumenta Maria.

CHURRASCO VEGANO

Pensando em atender o público que abandonou a carne, Zelinda Amarante de Lima, de 49 anos, inaugurou em agosto de 2021 em Porto Alegre a primeira churrascaria vegana da cidade: o Picanha's Grill Veg, que até então era uma churrascaria tradicional. Vegetariana há mais de 20 anos, a empresária diz que a mudança foi a realização de um sonho. As novas receitas do restaurante são tanto criadas por ela e herdadas da família, quanto absorvidas da internet.

Para ser considerado vegano, um produto industrializado recebe um selo de certificação da Sociedade Vegetariana Brasileira. O selo também funciona como um termômetro do crescimento desse mercado. Após oito anos de existência, o programa Selo Vegano já contempla mais de 2,9 mil produtos de cerca de 160 marcas diferentes.



Buffet do Picanha's Grill Veg. Foto: Picanha's Grill Veg.



Focaccia vegana. Foto: Válter Branderburger.

O MAIOR ERRO AO PARAR DE COMER CARNE

De acordo com a nutricionista vegetariana Karine Schmaedecke, de 36 anos, o principal risco ao interromper o consumo de carne é não realizar exames de sangue no primeiro mês do vegetarianismo.

"É muito comum a pessoa estar com a vitamina B12 baixa mesmo antes de reduzir o consumo de carne. O vegetarianismo não causa doenças quando a alimentação é bem planejada, podendo ser adotado em qualquer fase da vida, incluindo a infância, a gestação e a melhor idade", diz a nutricionista.

O caminho é variar a alimentação para garantir o acesso a todos os nutrientes. Se a pessoa trocar a carne por batata, massa e queijo poderá ter carências nutricionais. O correto é aumentar o consumo de leguminosas (feijão, lentilha, ervilha, grão de bico, soja e amendoim), sementes (chia, linhaça, gergelim, girassol) e oleaginosas (castanhas no geral).

A nutricionista Fernanda Bongiorni, de 37 anos, reforça que não há problemas em retirar a carne do cardápio, desde que seja feito um acompanhamento nutricional. Segundo ela, em seu consultório, pacientes relatam a busca por uma nova filosofia de vida e a questão espiritual, ligada à causa animal.



Foto: Freepik, montagem por Gabriel Vacaro.

O FORMATO HÍBRIDO NA CULTURA VEIO PARA FICAR

Principais setores culturais de Porto Alegre projetam manter atividades online em conjunto com espetáculos presenciais .

Por Camila Souza e Vanessa Ferraz

O drama encarado pelos palcos da cultura foi um espetáculo aberto e gratuito que todos puderam acompanhar durante o longo período de circulação crítica do vírus do coronavírus no mundo. Os espectadores não tinham opções entre teatros ou salas de cinema: o formato era único e dependente da conexão de internet. No Rio Grande do Sul, este personagem entrou em cena no dia 17 de março de 2020 e, de lá para cá, tanto as instituições quanto o governo estadual buscam novas formas de escrever o final deste thriller.

Durante o isolamento, a euforia dos shows foi substituída por comentários em lives e as cadeiras dos teatros ficaram vazias, mas as salas virtuais lotaram de espectadores ansiosos por cultura em meio ao caos. Esse formato transformou o modo de fazer e consumir cultura, trouxe benefícios e uma possibilidade a ser explorada por artistas e instituições. Conforme dados de um estudo realizado pelo Itaú Cultural em parceria com o Datafolha, 57% dos entrevistados perceberam que seus interesses por atividades culturais online aumentaram. Além disso, 72% informaram que o formato virtual permitiu o acesso a produções que, de outra forma, não seriam experimentadas.

Um levantamento realizado pelo Google, empresa responsável pelo YouTube, plataforma em que são realizadas transmissões ao vivo, mostrou que, até agosto de 2020, as lives musicais foram assistidas por mais de 85 milhões de brasileiros. Diante desse sucesso, os responsáveis pelos principais segmentos culturais de Porto Alegre projetam manter atividades no ambiente digital em conjunto com a retomada do público presencial, consagrando o novo consumo: o híbrido. A interação social, alertam especialistas, é necessária para a manutenção da saúde mental após o período de isolamento, mesmo que as atividades virtuais se mantenham.

Os segmentos da capital consagram a experiência no online incorporando o novo formato em suas produções. O Instituto Ling, espaço que abrange cursos, eventos, arte e cultura, migrou sua programação para a internet durante o fechamento das portas. Foram 85 apresentações, em sua maioria gratuitas, transmitidas via Zoom, YouTube e Instagram, até o fim de 2020.

Durante o isolamento, a euforia dos shows foi substituída por comentários em lives e as cadeiras dos teatros ficaram vazias, mas as salas virtuais lotaram de espectadores ansiosos por cultura em meio ao caos.

A gerente do Instituto, Carolina Rosado, conta que o maior desafio foi manter o espaço relevante e sustentável e que, ao mesmo tempo, apoiasse os profissionais da área, entre artistas e organizadores. Com severos impactos financeiros, o Ling teve a receita de 2020 cinco vezes menor do que a de 2019.

A experiência positiva do ambiente digital reforçou a importância da cultura no sentido do lazer e da saúde mental. As atividades presenciais retornaram em setembro de 2021, com a visita do público sem a necessidade de agendamento.

"Estamos com uma agenda bastante extensa que envolve novos projetos. Ao total, serão mais de 300 atividades culturais já programadas em modelo



Foto: Carlos Stein/VivaFoto.

híbrido", destaca.

Outro espaço que também foi afetado pela crise é a Casa de Cultura Mario Quintana (CCMQ). A instituição multicultural ligada à Secretaria de Estado da Cultura (Sedac) tem 31 anos de existência e é um dos principais pontos turísticos do Centro Histórico de Porto Alegre.

O produtor cultural e historiador da arte Diego Groisman, diretor da Casa de Cultura, analisa que um ponto positivo do novo modelo é a possibilidade de reunir artistas de lugares distintos. Com isso, vem a diversificação do público. Groisman destaca que o modelo virtual gera a perda das interações humanas que são inerentes ao exercício cultural. Ainda assim, com a retomada das atividades presenciais, a CCMQ deve manter atividades híbridas.

"Pensamos que podemos funcionar em formato híbrido: mantendo o calor necessário dentro das atividades culturais, mas também abrindo a possibilidade de alcance em larga escala via redes sociais", explica Groisman.

Para o Theatro São Pedro, com 163 anos de história, a experiência é vista como mais uma superação entre as crises pelas quais a instituição já passou. Em sua existência, há a lembrança de situação semelhante, ocorrida durante a Gripe Espanhola, no início do século passado, e a interdição que durou 11 anos durante a construção do novo prédio, entre os anos 1970 e 1980.

"Nada disso mudou a cultura do Theatro. A vida é melhor com a arte", afirma o relações públicas do local, Diego da Maia.

Entre as principais ações durante o período de fechamento estão o resgate do canal no YouTube do teatro, a produção de materiais audiovisuais e a transmissão online de espetáculos.

"O êxito é poder atingir públicos em qualquer lugar do mundo, mas nada se compara a sociabilidade de estar presente no espetáculo. O formato híbrido parece ter vindo para ficar", aponta Maia.

OS CINEMAS FORAM OS MAIS AFETADOS

Entre fechamentos e alternância de proprietários, Porto Alegre acompanhou as notícias sobre o encerramento das atividades do Guion Center, do Arcoplex e do Espaço Itaú de Cinemas.

"O impacto foi total", declara o presidente da Federação Nacional das Empresas Exibidoras Cinematográficas (FENEEC) e diretor da rede GNC, Ricardo Leite.

Com as poltronas vazias, as salas de cinema perderam espaço para o streaming. Dados da Motion Pictures Association mostram que houve aumento de 26% de assinaturas nas plataformas. A Netflix atingiu 200 milhões de assinaturas no final do ano passado e teve um crescimento recorde de 37 milhões de novos assinantes em 2020, segundo informações da empresa de pesquisas Comparitech. Apesar da retomada de atividades, as facilidades das plataformas tornaram lenta a adesão do público presencial no segmento. Todavia, o presidente da FENEEC se mostra otimista.

"Cinema é uma experiência coletiva e insubstituível, as plataformas não substituem essa magia", ressalta Leite.

Para conter a crise, o setor recebeu, por meio do Fundo Setorial do Audiovisual da Agência Nacional de Cinemas (Ancine), uma linha especial de financiamento no valor de R$ 400 milhões, reforçada pela possibilidade de suspensão temporária de contrato de trabalho autorizada pelo governo federal. De acordo com Leite, as medidas proporcionaram a sobrevivência de muitos espaços no país. A perspectiva de melhora acentuada está no segundo semestre de 2022, quando o especialista acredita que os números podem chegar aos mesmos patamares de antes da pandemia.

INVESTIMENTO PÚBLICO NO RS

A secretária de Cultura do Estado, Beatriz Araújo, relata que o principal desafio foi buscar alternativas para a sobrevivência e manutenção do trabalho e renda dos trabalhadores. Como medida, a Secretaria Estadual da Cultura (Sedac) aportou R$ 10 milhões em recursos do Fundo de Apoio à Cultura (FAC) para projetos municipais de auxílio à renda. O montante, de R$ 13,7 milhões, está destinado a 17 mil trabalhadores.

Das políticas de apoio aos setores, a secretária destaca que a partir da aprovação da Lei Aldir Blanc (LAB), a Sedac trabalhou na criação de cinco editais com propósitos diversos, entre eles projetos digitais, que contaram com cotas regionais e sociais, de forma a contemplar todos os segmentos. Foram R$ 79,9 milhões em recursos públicos destinados a essas ações.

"A cultura é a nossa identidade, a nossa expressão enquanto indivíduo na sociedade. Ficou clara a necessidade e a importância de estar perto da arte", reflete Beatriz.

Para a secretária, a cultura se mostrou como potência para manter a sanidade da sociedade e, por isso, há uma responsabilidade grande de compromisso com o setor.

CULTURA PARA SAÚDE MENTAL

Além dos prejuízos financeiros causados pela pandemia, o psicológico das pessoas também foi afetado. Conforme a pesquisa "Covid-19 saúde mental: usando a tecnologia digital para avaliação das consequências da pandemia", realizada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), entre maio e julho de 2020, 80% da população brasileira se tornou mais ansiosa. Além disso, 68% dos entrevistados relataram sintomas depressivos.

A pesquisa "Hábitos Culturais II" também revela que 36% dos entrevistados tiveram problemas de saúde mental em algum morador da residência em que vivem no último ano. A região Sul foi a que registrou maior incidência de casos, com 43% apontando a ocorrência. Nesse cenário, as atividades artísticas podem cumprir uma função importante contra os sentimentos ruins que acompanham essas doenças.

O médico psiquiatra e psicanalista Thércio Andreatta Brasil observa que, logo no início do isolamento, muitas pessoas correram atrás de atividades culturais pela internet. Essa é uma evidência da importância da cultura na manutenção da saúde mental. Porém, ainda que essa forma de consumo possa entreter, o psicanalista afirma que a interação é necessária:

"Assistir a uma live, por exemplo, é uma atividade passiva. Tem um deleite, porém, a saúde mental é muito mais que isso. Se dá, também, na escuta do que é diferente, no encontro com o outro, na manutenção do vínculo".

Para Brasil, o ato de interagir e conversar com outras pessoas sobre o produto cultural que se consumiu pode trazer crescimento e capacidade de mudança psíquica.

Em meio a tantos desafios, as cenas de drama protagonizadas pelo setor cultural parecem estar chegando ao fim. E se até um filme triste pode ensinar lições aos espectadores, a crise causada pela pandemia também deixa um legado: um novo universo a ser explorado para produzir e consumir cultura. Ao que tudo indica, diversas atividades artísticas em Porto Alegre deverão contar com um formato híbrido, para que os benefícios do ambiente digital sejam aproveitados em conjunto com as experiências únicas dos espaços físicos.

BOX

Sem a possibilidade de reunir públicos para shows, os artistas também tiveram trabalhos interrompidos e precisaram se reinventar, como o músico gaú-

Shows virtuais: um novo universo a ser explorado

cho Diego Dias. Idealizador do projeto The Beatles no Acordeon e integrante da banda Vera Loca, estava em um momento de destaque em sua carreira. Um mês antes do início da pandemia, participou do programa Domingão do Faustão, tocando Beatles na gaita. Com a visibilidade nacional que ganhou após o programa, shows ficaram agendados pelo país inteiro, porém, não foram realizados.

Longe dos palcos e se sentindo perdido, Dias conta que não fez lives no início do isolamento. Depois de um tempo, ele viu a oportunidade de trabalhar de formas diferentes e decidiu explorar o espaço virtual.

"Comecei a me desafiar como músico e a fazer coisas que eu não fazia no palco", explica.

Ele deu início a shows virtuais no YouTube e, em um deles, cantou músicas dos Engenheiros do Hawaii, em outro, do Oasis - que não faziam parte de seu repertório. O público recebeu bem, o que deu ao músico ainda mais motivação para continuar.

"Quando vi que a primeira live deu um resultado ótimo, me agarrei nisso. Minha válvula de escape foi essa. Em termos de técnica, saio da pandemia muito melhor do que quando entrei", diz.

Para Dias, a música e a cultura de forma geral têm o poder de curar e isso ficou ainda mais evidente durante a crise.



Foto: Espetáculo Fluxos de Érico Moura/Palco Virtual 2021/CCMQ/Reprodução YouTube.